

RELATÓRIO DE GESTÃO

ÍNDICE

Introdução.....	3
CAPITULO I - Organização municipal e recursos humanos.....	5
CAPITULO II - <i>Reporting</i> Financeiro.....	8
1. Análise orçamental.....	14
1.1. Receita.....	16
1.1.1. Receita própria.....	19
1.1.2. Transferências obtidas.....	21
1.1.3. Financiamento bancário.....	22
1.2. Despesa.....	22
1.2.1. Despesa por natureza económica - corrente e capital.....	24
1.2.2. Taxa de execução da despesa corrente e de capital.....	26
1.2.3. Despesas com pessoal.....	27
1.2.4. Compromissos e responsabilidades anos seguintes.....	29
1.3. Resultado orçamental.....	30
1.4. Principais indicadores orçamentais.....	32
2. Análise económico-financeira.....	33
2.1. Balanço.....	33
2.2. Demonstração de resultados.....	38
2.3. Indicadores económico-financeiros.....	41
2.4. Endividamento municipal.....	42
3. Contabilidade de gestão.....	44
3.1. Análise de custos por funções.....	45
4. Outras situações.....	50
5. Proposta de aplicação de resultados.....	50
DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	51

Introdução

Os documentos de prestação de contas são elementos legais e obrigatórios de qualquer entidade pública e, portanto, também para as autarquias locais, devem traduzir com rigor o desempenho económico e financeiro da respetiva entidade, aferida a um determinado período de tempo, usualmente um ano civil.

O presente Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2021 traduz a apresentação de contas do Município de Alcácer do Sal, elaboradas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Este documento respeita a estrutura apresentada pela Unidade de Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental (UniLEO), para o Modelo Único de Prestação de Contas das Entidades Públicas. O balanço, a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, o anexo às demonstrações financeiras, a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita, a demonstração da execução orçamental da despesa e a demonstração da execução do plano plurianual de investimentos, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis que decorrem da Lei n.º 151/2015 de 11 de setembro (LEO), na sua redação atual e do Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro (SNC-AP) também na sua atual redação.

Os documentos agora apresentados foram também elaborados de acordo com as normas não revogadas pelo SNC-AP do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, e com as Instruções n.º 1/2019 - Plenário Geral, publicadas na IIª Série do Diário da República n.º 46/2019 de 6 de março do Tribunal de Contas, posteriormente atualizada pela Resolução n.º 2/2021, de 24 de dezembro, do mesmo Tribunal.

É da competência do Órgão Executivo a elaboração e a aprovação dos documentos que consubstanciam a prestação de contas, bem como submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal na sessão ordinária do mês de abril do ano seguinte àquele a que tais documentos dizem respeito, conforme o referido no n.º 1 do artigo 76º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

O Órgão Executivo deve remeter os documentos de prestação de contas ao Tribunal de Contas até ao dia 30 do mês de abril, conforme preconiza o nº 4 do artigo 52º da Lei nº 98/97, de 26 de agosto, alterado pela Lei nº 20/2015, de 9 de março.

A publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, nas suas redações atuais, abriram caminho à reforma da gestão pública, situação que foi encarada pelo Município de Alcácer do Sal, como um desafio.

O SNC-AP visa promover a harmonização contabilística entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizar procedimentos e melhorar a transparência das contas das entidades públicas.

Da prestação de contas que ora se apresenta faz parte o parecer e a certificação legal exigida, elaborada por auditor externo, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 76º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual.

CAPITULO I - Organização municipal e recursos humanos

O Município de Alcácer do Sal, em 31 de dezembro de 2021, contou com 431 trabalhadores, distribuídos por várias unidades orgânicas: a DAF - divisão de Administração e Finanças, a DRH - divisão de recursos humanos, a DASU - divisão de ambiente e serviços urbanos, a DOMM - divisão de obras municipais e mobilidade, a DPGU - divisão de planeamento e gestão urbanística, a DEASD - divisão de educação, ação social e desporto, a DDECT - divisão de desenvolvimento económico, cultura e turismo e, os Gabinetes não integrados em divisões municipais, a saber, o Gabinete de Apoio à Presidência, o Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, o Gabinete Jurídico e Contra Ordenações, o Gabinete de Informática e Rede de Dados, o Gabinete de Comunicação, o Gabinete Veterinário, Gabinete de Proteção de Dados e o Serviço Municipal de Proteção Civil.

Figura 1 - Distribuição dos trabalhadores por unidades orgânicas



O Município conta ainda com um trabalhador em cedência de interesse público na Direção de Turismo do Alentejo. ARPTA - Agência Regional de Promoção Turística do Alentejo.

O total de trabalhadores em relação a 2020 cresceu 2%, representando mais 8 trabalhadores, entre entradas e saídas durante o ano de 2021.

Realçamos que a carreira de assistente operacional é a mais representativa no Município com um peso de 61% sobre o total de trabalhadores.

Os trabalhadores com 12 anos de escolaridade são os que estão em maior número, representando uma taxa de 26%.

O intervalo de idades entre os 45 e os 49, é o mais representativo do Município com 18% do total.

O Município conta apenas com mais 15 homens do que mulheres na sua organização municipal.

Mostramos abaixo os gráficos relativos aos recursos humanos do Município, onde se encontram alguns dos dados acima referidos:

Gráfico 1 - Distribuição dos trabalhadores por carreira ou função

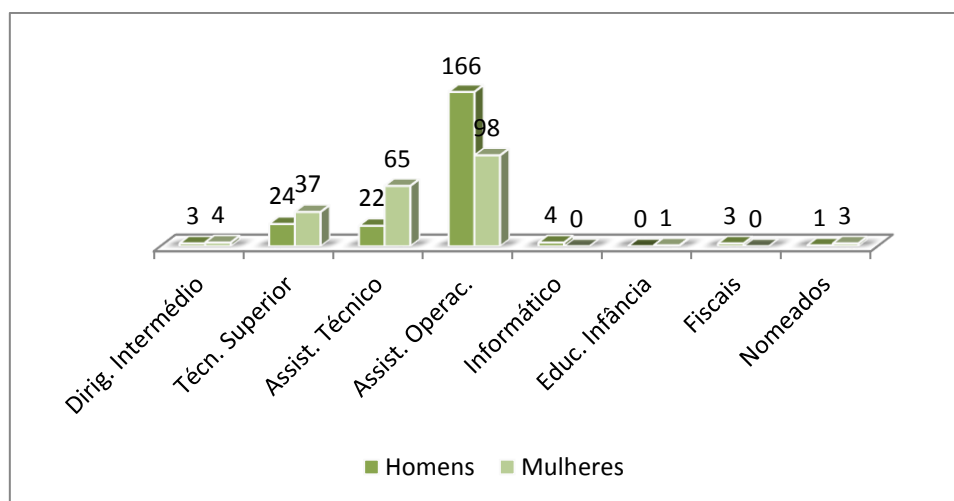


Gráfico 2 - Distribuição dos trabalhadores por habilitações literárias

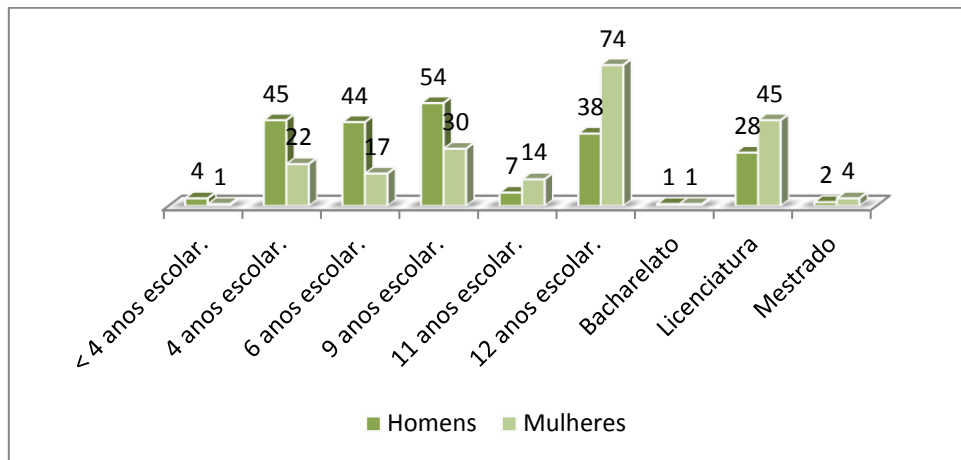


Gráfico 3 - Distribuição dos trabalhadores por faixa etária

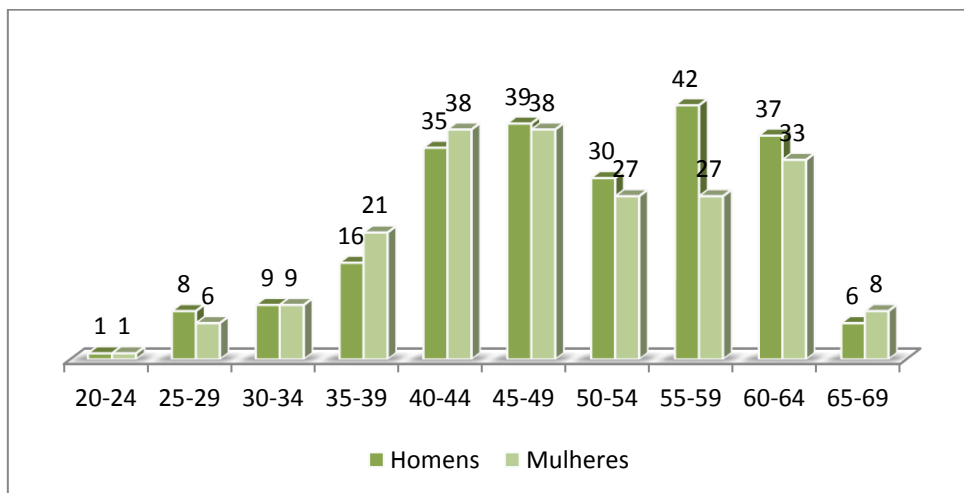
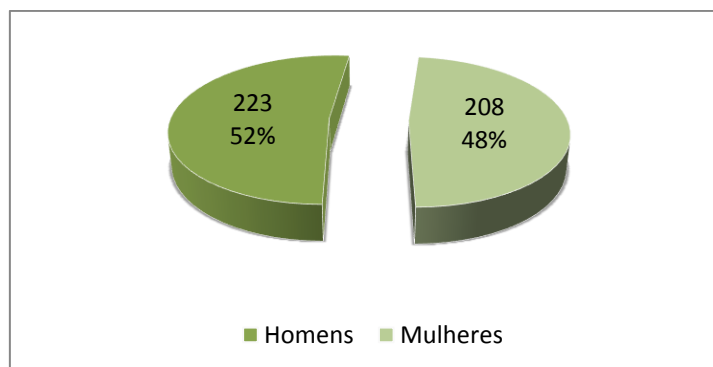


Gráfico 4 - Distribuição dos trabalhadores por género



CAPITULO II – *Reporting* financeiro

O SNC-AP traz uma nova abordagem de prestação de contas. Para além do cumprimento legal integra também, a harmonização e a comparabilidade das contas públicas, tanto a nível interno, como a nível internacional.

Este normativo é constituído por 3 subsistemas de contabilidade: orçamental, financeira e de gestão.

A contabilidade orçamental visa permitir um registo pormenorizado do processo orçamental; já a contabilidade financeira, tem por base as normas internacionais de contabilidade pública, e permite registar as transações e outros eventos que afetam a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa; por sua vez, a contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos.

Estamos perante uma forte alteração de paradigma, pelo que destacamos as divergências existentes entre os valores referentes a rendimentos e gastos (contabilidade financeira) e de receitas e despesas (contabilidade orçamental) pela natureza distinta dos conceitos aplicados em cada uma.

Enquadramento Internacional

A pandemia originada pela covid-19 continuou, em 2021, a marcar a atividade humana no planeta. No entanto, a sua influência manifestou-se de forma bem diferente do ocorrido em 2020: agora, em função da eficácia das vacinas que reduziu significativamente a gravidade e a letalidade da doença e igualmente das novas variantes entretanto aparecidas, que se mostraram mais facilmente transmissíveis mas igualmente menos agressivas, assistiu-se a uma melhor adaptação da vida humana a este novo contexto sanitário.

Ao invés de 2020, ano em que as respostas das autoridades mundiais, passavam muito por fortíssimas medidas de confinamento, focando na limitação dos contágios o

principal alvo de ataque à pandemia, em 2021, com maiores e melhores conhecimentos que a ciência foi obtendo, com a descoberta de diversas vacinas, algumas com bons graus de eficácia, com a universalização da vacinação – embora em termos muito desiguais nas diversas regiões do planeta – tudo conjugado permitiu trocar o fechar e o parar, pelo reduzir e limitar.

E esta pequena mudança de foco teve consequências importantes: se analisarmos os indicadores mundiais da atividade humana, verificamos que, depois de um 2020 com quedas abruptas, o ano de 2021 já se apresenta com alguma recuperação em muitos dos indicadores de atividade e, talvez mais importante, essa melhoria incrementa-se à medida que aquele ano foi decorrendo.

Atente-se nos valores do quadro infra, no qual se apresentam as percentagens de variação do Produto Interno Bruto (PIB) ocorridas em 2020, estimadas para 2021 e projetadas para 2022:

Quadro 1 - Variação do PIB mundial

País	2020	2021	2022
Índia	-7,0	9,2	8,7
China	2,3	8,1	4,8
EUA	-3,5	5,7	4,4
Zona Euro	-6,4	5,2	3,9
Alemanha	-4,9	2,7	3,8
França	-8,2	7,0	3,5
Itália	-8,9	6,5	3,8
Espanha	-11,0	5,0	5,8
Portugal	-8,4	4,9	5,4

Fonte: Eurostat, FMI, entidades estatísticas nacionais dos países considerados e Banco de Portugal

Apesar do número de infetados pelas diversas variantes do novo vírus ser semelhante ao ocorrido no ano precedente, o volume de internamentos e a letalidade tiveram uma redução muito substancial em 2021, em resultado da aposta feita pela generalidade das autoridades nacionais na vacinação massiva e completa dos seus cidadãos. Do ponto de vista económico, o quadro supra reflete bem quer o drama de 2020, quer a esperança de 2021.

Enquadramento Europeu

Já vimos que a Europa, depois das fortes quedas registadas em 2020, recuperou de forma muito significativa em 2021, muito por força da aposta realizada pelas diversas autoridades na vacinação massiva da população. Por outro lado também no caso do emprego, a resposta europeia permitiu que não se registassem cenários muito gravosos em 2020 e, também aqui, 2021 foi, em geral, ano de recuperação. No quadro seguinte evidencia-se, para alguns países, a taxa de desemprego registada, prevista e projetada, respetivamente, para os anos de 2019, 2020 e 2021:

Quadro 2 - Taxa de desemprego por país

País	2019	2020	2021
Alemanha	4,9	4,0	3,2
Áustria	7,3	5,8	4,9
Bélgica	5,3	6,0	5,7
Dinamarca	3,0	6,0	5,1
Espanha	13,8	17,1	13,0
França	8,1	7,8	7,4
Irlanda	4,9	7,0	5,3
Itália	9,8	9,8	9,0
Portugal	6,6	6,9	5,9

Estamos bem longe dos efeitos no emprego provocados pela crise financeira de 2008/2013, que então em vários países da Europa, registou taxas de desemprego superiores a 13% - como foram os casos da generalidade dos países da europa do sul

e, designadamente, de Portugal. Agora só no caso da Espanha se atingem os dois dígitos, apesar de aquele país apresentar o melhor registo dos últimos três anos.

Verifica-se assim que a recuperação prevista para 2021, não só se traduziu num acréscimo da atividade económica, mas igualmente teve um significado positivo no emprego dos europeus.

Se não aparecerem fundamentos sanitários e de saúde pública ou outros fatores críticos de efeito global que o impeçam, é expectável que, ao nível dos países membros da União Europeia, o ano de 2022 consolide e reforce a recuperação iniciada em 2021 (sobretudo no seu segundo semestre), muito por força do início da execução dos diversos planos nacionais chamados de recuperação e resiliência, entretanto aprovados ao nível comunitário.

Finalmente uma breve nota para nos referirmos a um indicador que tem andado esquecido dos europeus e que apareceu e parece querer tomar alguma força: a inflação.

Efetivamente, nos últimos três meses de 2021, muito influenciado pela subida acentuada dos preços dos produtos energéticos mas igualmente de várias matérias-primas e produtos alimentares – a inflação atingiu níveis que há muito se não viam, tendo terminado o ano com um valor médio de 5,2% na União Europeia. Trata-se dum indicador que se não for controlado de forma célere e abrangente, poderá constituir um problema adicional à recuperação da atividade económica de que se falou.

Economia Portuguesa

Em 2021, na ótica meramente económica, Portugal viveu um período de recuperação, como a quase totalidade dos países do mundo, em consequência do maior e melhor controlo da situação pandémica. De acordo com as projeções elaboradas pelo Banco de Portugal, no seu boletim de dezembro de 2021, são as seguintes as variações dos indicadores que se elencam:

Quadro 3 - Indicadores

	2020	2021 ^(a)	2022 ^(b)
PIB (1)	-8,4	4,9	5,8
Défice	-5,8	-3,2	-2,4
FBCF	-2,7	4,9	7,2
Exportações	-18,6	9,6	12,7
Importações	-12,1	10,3	9,3
Dívida (em valor) (2)	270,5	269,6	n.d.
Dívida (em %)	135,2	126,9	122,8
Taxa de desemprego	7,0	6,6	6,0

Fontes: Governo, Banco de Portugal, INE e FMI.

(a) estimativa

(b) projeção

(1) Valor corrigido em função de informação recente do INE.

(2) Valores em mil milhões de euros. Restantes valores em percentagem.

Dois breves comentários aos dados referidos:

- Com uma trajetória inversa à de 2020, o ano de 2021 apresentou uma execução significativamente positiva em todos os indicadores elencados. Destaque especial para a forte recuperação das exportações e da redução da dívida, esta não só em percentagem do PIB, como também em valor nominal, redução que há muito não se observava;
- Ainda uma referência para o défice, apenas para salientar que declarações muito recentes do Governador do Banco de Portugal admitiam como muito provável que o valor que se vier a apurar para 2021 seja substancialmente melhor que a projeção indicada e, logo, permitindo uma inevitável correção em alta da projeção para 2022.

No entanto, como já anteriormente se referiu, as projeções para 2022 deverão ser lidas com a cautela de não ocorrer uma inversão do controlo da pandemia em curso ou não ocorrer qualquer outro obstáculo com efeitos globais.

Só para dar um exemplo concreto: se a perspetiva inflacionista se agravar e se perdurar no tempo, vai forçar as autoridades monetárias dos países a determinarem uma subida gradual dos juros, o que, no caso de Portugal, poderá ter um impacto muito significativo, em função do volume da nossa dívida externa.

Por outro lado, não se deixa de referir que Portugal viveu em 2021 uma situação singular decorrente da rejeição do orçamento do Estado para 2022. Esta situação implicou a queda do Governo e a realização de eleições legislativas antecipadas, as quais conduziram a uma maioria absoluta de um só partido, situação rara nos dias de hoje no espaço europeu. Apesar desta maioria, que, *à priori*, vai propiciar uma estabilidade política no médio prazo, importa realçar a forte subida de partidos da direita e da extrema-direita política não tradicional e uma clara penalização dos partidos que o eleitorado responsabilizou pela rejeição da proposta de orçamento.

Todo este processo de auscultação pública criou inevitavelmente alguns constrangimentos, realçando-se o relativo ao orçamento para 2022, o qual só deverá entrar em vigor no início do verão, tendo até lá o país de ser gerido debaixo do chapéu duodecimal. Não é uma situação agradável numa Autarquia, quanto mais no todo nacional, mas é um custo que a democracia tem sempre de estar disposta a pagar.

No Relatório do ano anterior referimos que a análise orçamental que se seguia seria diferente do que era habitual, em face do esforço de conformação com as normas inscritas na nova Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro (LEO) e do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro (SNC-AP).

Tal metodologia volta agora a ser seguida na parte que se inicia de imediato.

1. Análise Orçamental

Em 2021 a Receita Global cobrada pelo Município de Alcácer foi de quase 36,7 milhões de euros, cerca de menos 2,2 milhões de euros que a receita corrigida prevista, tal como se evidencia no Quadro 4:

Quadro 4 - Análise Orçamental da Receita

Rúbricas	Orçamento Receita 01-01-2021 €	Receita Corrigida 31-12-2021 €	Receita Cobrada 31-12-2021 €	Taxa Execução %
Impostos Diretos	3.212.905,00	3.212.905,00	6.016.258,40	187,25
Impostos Indiretos	354.273,00	354.273,00	1.154,74	0,33
Taxas, Multas e Outras	351.369,00	351.368,52	369.889,23	105,27
Rendimentos Propriedade	894.125,00	894.125,00	881.784,05	98,62
Transferências Correntes	10.911.132,00	10.911.132,00	10.359.788,34	94,95
Venda Bens /Serv. Correntes	2.458.514,00	2.462.514,00	2.047.762,24	83,16
Outras Receitas Correntes	5.381.018,00	5.023.757,54	12.350,33	0,25
RECEITAS CORRENTES	23.563.336,00	23.210.075,06	19.688.987,33	84,83
Venda Bens Investimento	68.851,00	68.851,00	7.210.479,44	10.472,58
Transferências de Capital	5.623.215,00	5.676.182,12	3.305.394,78	58,23
Ativos Financeiros	100,00	100,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	1.820.267,00	1.820.267,00	1.341.869,10	73,72
Outras Receitas de Capital	2.866.460,00	2.509.199,06	0,00	0,00
RECEITAS CAPITAL	10.378.893,00	10.074.599,18	11.857.743,32	117,70
Rep. não Abat. nos Pagamentos	0,00	272,03	100,00	36,76
Saldo Orçamental	0,00	5.148.503,07	5.148.503,07	100,00
OUTRAS RECEITAS	0,00	5.148.775,10	5.148.603,07	100,00
TOTAL DAS RECEITAS	33.942.229,00	38.433.449,34	36.695.333,72	95,48

A Receita Corrente cobrada apresenta uma taxa de execução de 84,83% face à receita corrente corrigida, sendo que os Impostos Diretos revelam o maior grau de execução. No entanto, as Transferências Correntes mantêm-se como a rúbrica com maior peso no conjunto em apreço.

A Receita de Capital cobrada apresenta uma taxa de execução de 117,7% face à Receita de Capital corrigida, sendo que a Venda de Bens de Investimento não só apresenta a mais elevada taxa de execução, como é a rubrica que apresenta maior peso, ultrapassando largamente as Transferências de Capital, que tradicionalmente ocupavam aquele lugar.

Relativamente à taxa de execução global, na comparação entre Receita Cobrada e Receita Corrigida, o resultado alcançado é de 95,48%.

No Quadro 5 seguinte apresentam-se, por grandes grupos, os valores a que se chegou do lado da Despesa:

Quadro 5 - Análise Orçamental da Despesa

Rúbricas	Orçamento Despesa 01-01-2021 €	Despesa Corrigida 31-12-2021 €	Despesa Paga 31-12-2021 €	Taxa Execução %
Pessoal	10.138.929,00	10.369.231,29	8.801.806,18	84,88
Aquisição Bens e Serviços	10.938.150,00	12.609.864,03	5.585.048,74	44,29
Juros e Outros Encargos	82.265,00	82.515,00	18.933,90	22,95
Transferências Correntes	2.055.498,00	2.304.027,53	1.501.177,10	65,15
Outras Receitas Correntes	253.360,00	255.359,49	30.402,25	11,91
DESPESAS CORRENTES	23.468.202,00	25.620.997,34	15.937.368,17	62,20
Aquisição Bens de Capital	10.255.992,00	12.276.838,16	6.420.361,58	52,30
Transferências de Capital	196.358,00	210.198,00	60.000,00	28,54
Passivos Financeiros	21.677,00	325.415,84	138.049,81	42,42
DESPESAS CAPITAL	10.474.027,00	12.812.452,00	6.618.411,39	51,66
TOTAL DAS DESPESAS	33.942.229,00	38.433.449,34	22.555.779,56	58,69

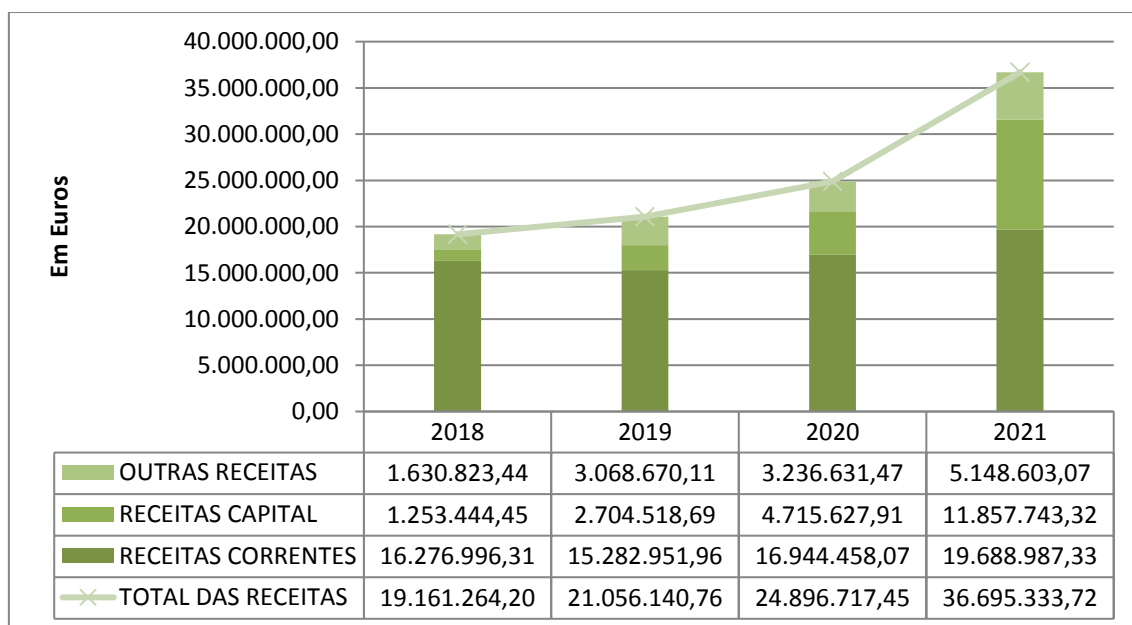
Numa leitura homóloga à realizada para as receitas, verifica-se que a taxa global de execução das despesas pagas foi de 58,69%, em resultado conjugado de uma taxa de execução das despesas pagas correntes de 62,20% e de uma taxa de execução das despesas pagas de capital de 51,66%.

As rubricas com maior peso nas Despesas Correntes foram as Despesas com Pessoal e, no lado das Despesas de Capital, as Aquisições de Bens de Capital, ambas com pesos muito significativos relativamente aos totais dos respetivos subsetores (84,9% e 52,3%, respetivamente).

1.1. Receita

Entrando agora especificamente na área das Receitas, apresenta-se o Gráfico 5 onde consta a evolução da Receita Cobrada nos últimos 4 anos:

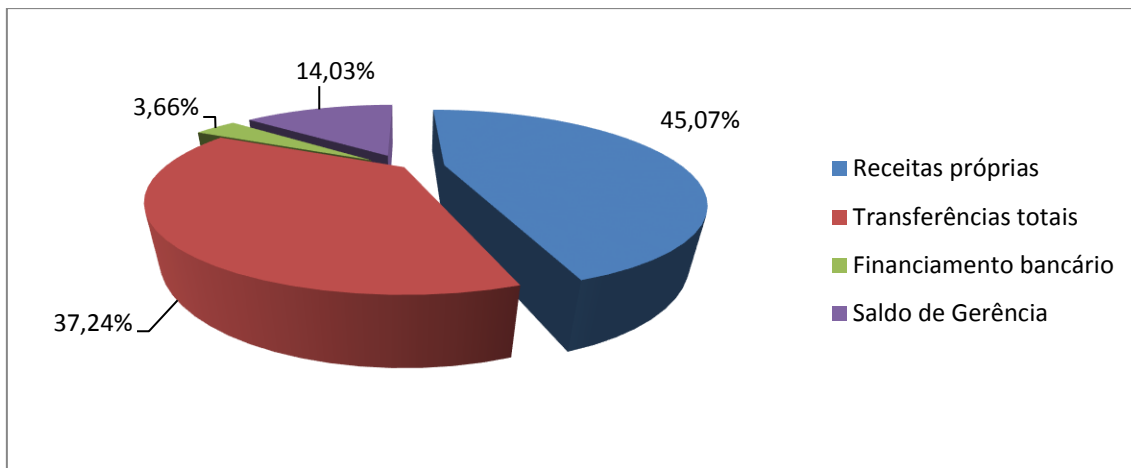
Gráfico 5 - Evolução da Receita Cobrada



Verifica-se um acréscimo anual das Receitas nestes anos, sendo que, relativamente ao ano anterior, o aumento foi superior em mais de 11,5 milhões de euros. Para este crescimento contribuíram sobretudo a Venda de Bens de Investimento, os Impostos Diretos e as Transferências Totais.

Por rubricas gerais, a distribuição da Receita foi a seguinte:

Gráfico 6 - Distribuição da Receita



No final de 2021, a Receita Cobrada ascendeu a perto de 36,7 milhões, correspondendo 13,6 milhões às Transferências Totais, 16,5 milhões às Receitas Próprias, 5,1 milhões ao Saldo Transitado do exercício anterior e 1,3 milhões a Financiamento Bancário.

Antes de melhor desenvolver a área das Receitas Próprias, apresenta-se no Quadro 6 seguinte a evolução da Receita, por grandes grupos:

Quadro 6 - Evolução da Receita

Rúbricas	2020			2021			Δ Período Homólogo %
	Dotada €	Cobrada €	Exec. %	Dotada €	Cobrada €	Exec. %	
Impostos Diretos	3.764.519,00	4.143.591,51	110,07	3.212.905,00	6.016.258,40	187,25	45,19
Imposto Municipal s/ Imóveis	1.237.292,00	1.511.431,72	122,16	1.233.472,00	1.448.787,31	117,46	-4,14
Imposto Único de Circulação	300.966,00	284.144,15	94,41	281.285,00	299.664,16	106,53	5,46
Imp. Munic./Transmissões	2.050.635,00	2.171.519,41	105,89	1.470.314,00	4.079.065,94	277,43	87,84
Derrama	175.476,00	176.496,23	100,58	227.684,00	188.740,99	82,90	6,94
Outros	150,00	0,00	0,00	150,00	0,00	0,00	0,00
Impostos Indiretos	54.905,00	17.027,21	31,01	354.273,00	1.154,74	0,33	-93,22
Taxas, Multas e Outras	436.990,00	394.368,26	90,25	351.368,52	369.889,23	105,27	-6,21
Rendimentos Propriedade	761.213,02	769.551,11	101,10	894.125,00	881.784,05	98,62	14,58
Transferências Correntes	9.318.156,34	9.605.261,70	103,08	10.911.132,00	10.359.788,34	94,95	7,86
Fundo OE - IRS	9.147.535,00	9.453.779,91	103,35	10.010.076,00	9.975.262,74	99,65	5,52
Outras	170.621,34	151.481,79	88,78	901.056,00	384.525,60	42,67	153,84
Venda Bens/Serv. Correntes	1.946.086,69	2.000.260,61	102,78	2.462.514,00	2.047.762,24	83,16	2,37
Outras Receitas Correntes	58.806,16	14.397,67	24,48	5.023.757,54	12.350,33	0,25	-14,22
RECEITAS CORRENTES	16.340.676,21	16.944.458,07	103,69	23.210.075,06	19.688.987,33	84,83	16,20
Venda Bens Investimento	145.328,00	142.073,67	97,76	68.851,00	7.210.479,44	10.472,58	4.975,17
Transferências de Capital	4.872.015,78	3.896.615,08	79,98	5.676.182,12	3.305.394,78	58,23	-15,17
Ativos Financeiros	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00
Passivos financeiros	1.555.946,04	676.939,16	43,51	1.820.267,00	1.341.869,10	73,72	98,23
Outras Receitas de Capital	1.009.466,25	0,00	0,00	2.509.199,06	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CAPITAL	7.582.856,07	4.715.627,91	62,19	10.074.599,18	11.857.743,32	117,70	151,46
Rep. não abat. nos pagam.	7.500,00	5.584,20	74,46	272,03	100,00	36,76	-98,21
Saldo orçamental	3.231.047,27	3.231.047,27	100,00	5.148.503,07	5.148.503,07	100,00	59,34
OUTRAS RECEITAS	3.238.547,27	3.236.631,47	99,94	5.148.775,10	5.148.603,07	100,00	59,07
TOTAL DAS RECEITAS	27.162.079,55	24.896.717,45	91,66	38.433.449,34	36.695.333,72	95,48	47,39

O conjunto das Receitas Municipais registou um incremento de 47,4% correspondentes a cerca de 11,8 milhões de euros, sendo que o crescimento da componente corrente foi de 16,2% e o crescimento da componente de capital foi de mais de 150%. Estas percentagens correspondem a cerca de 2,7 e 7,1 milhões de euros, respetivamente, sendo o restante relativo às outras receitas.

Os contributos principais para estes acréscimos vieram dos Impostos Diretos – e, dentro destes do IMT e, apesar de ter registado um decréscimo, do IMI – e da Venda de Bens de Investimento, aqui por força da alienação de um terreno de grande dimensão e valor.

1.1.1. Receita própria

Em 2021 a Receita Própria ascendeu a quase 7,5 milhões de euros, o que representa um acréscimo, relativamente ao ano anterior, de 12,8%, essencialmente devido ao forte incremento das receitas oriundas dos Impostos Diretos.

A sua evolução nos últimos 4 anos está documentada no Quadro 7 que se apresenta:

Quadro 7 - Evolução da Receita Própria

Receita Própria Cobrada	2018 €	2019 €	2020 €	2021 €	Δ 2021/2020 %
Impostos Diretos	4.136.041,84	2.869.097,97	4.143.591,51	6.016.258,40	45,19
Impostos Indiretos	81.282,57	79.716,62	17.027,21	1.154,74	-93,22
Taxas, Multas e Outras	117.151,37	107.990,02	394.368,26	369.889,23	-6,21
Rendimentos Propriedade	746.487,13	754.722,10	769.551,11	881.784,05	14,58
Venda Bens/Serv. e Outros	2.610.773,84	2.823.818,57	2.162.316,15	9.270.691,93	328,74
Total Receitas Próprias	7.691.736,75	6.635.345,28	7.486.854,24	16.539.778,35	120,92

Excepcionalmente em 2021 a rúbrica que mais contribui para o incremento das Receitas Próprias foi a Venda de Bens/Serviços e Outros, em função da alienação do património anteriormente referida. Só depois aparecem os Impostos Diretos que, ainda assim, contribuíram com cerca de 36% para as Receitas Próprias arrecadadas. Importa assim analisar mais detalhadamente esta rúbrica, apresenta-se o Quadro 8, onde se evidencia a evolução desagregada de cada um dos impostos considerados:

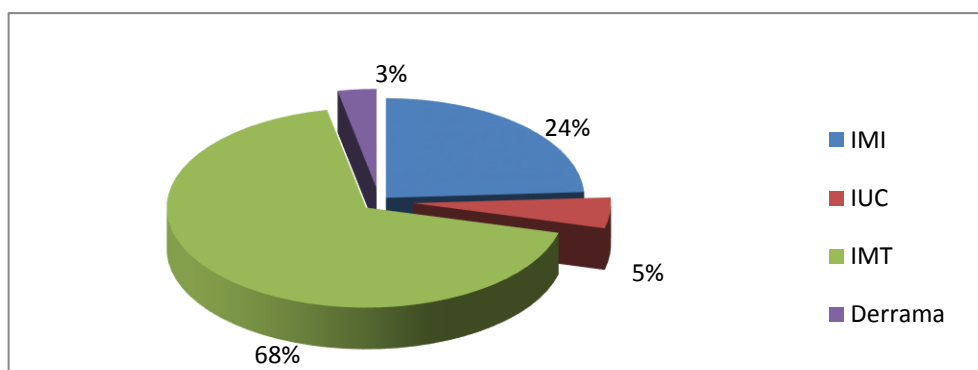
Quadro 8 - Evolução dos Impostos Diretos

Rúbricas	2017 €	2018 €	2019 €	2020 €	2021 €
IMI - Imposto Municipal s/ Imóveis	1.357.400,32	1.431.238,70	1.077.571,20	1.511.431,72	1.448.787,31
IUC - Imposto Único Circulação	245.359,52	260.109,36	278.774,40	284.144,15	299.664,16
IMT - Imp. Mun. Trans. Onerosas	1.496.148,04	2.253.766,69	1.239.894,76	2.171.519,41	4.079.065,94
Derrama	44.890,94	190.927,09	272.857,61	176.496,23	188.740,99
TOT. IMPOSTOS DIRECTOS	3.143.798,82	4.136.041,84	2.869.097,97	4.143.591,51	6.016.258,40

Apesar da retoma da atividade económica, a Derrama registou uma variação insignificante de menos de 7%, depois da quebra, em mais de um terço, verificada no ano anterior. Como no passado recente o IUC registou um pequeno acréscimo, apesar de tudo um crescimento duplo do registado no período anterior (antes 2%, agora 5,4%). O IMI inesperadamente registou uma quebra de 4,1% (um pouco mais de 60 mil euros), porventura em função das dificuldades financeiras de alguns agregados familiares, decorrentes dos anos difíceis de 2020 e 2021. Ao contrário, sem surpresa, o IMT apresentou o mais alto valor de sempre - mais de 4 milhões de euros, correspondentes a um incremento de quase 90%.

O peso relativo de cada um dos Impostos Diretos, em 2021, é como se apresenta no Gráfico 7:

Gráfico 7 - Estrutura dos Impostos



1.1.2. Transferências obtidas

Para além das Receitas Próprias, assumem particular relevância as Transferências obtidas, remetendo-nos para os valores do Quadro 9, onde se quantifica a respetiva evolução nos últimos 4 anos:

Quadro 9 - Evolução das Transferências Obtidas

Transferências	2018 €	2019 €	2020 €	2021 €	Δ 2021/2020 %
Transf. Corr. do OE e Outras/Estado	9.043.321,63	9.022.663,28	9.453.779,91	9.975.262,74	5,52
Projetos Cofinanciados	33.635,53	0,00	65.031,80	257.269,71	295,61
Outras Transf. Correntes	80.685,52	77.173,73	86.449,99	127.255,89	47,20
TOTAL TRANSF. CORRENTES	9.157.642,68	9.099.837,01	9.605.261,70	10.359.788,34	7,86
Transf. Cap. do OE e Outras/Estado	982.600,00	1.417.697,80	1.553.618,00	1.020.601,00	-34,31
Projetos Cofinanciados	166.599,39	835.433,96	2.342.997,08	2.284.793,78	-2,48
TOTAL TRANSF. DE CAPITAL	1.149.199,39	2.253.131,76	3.896.615,08	3.305.394,78	-15,17
TOTAL DE TRANSFERÊNCIAS	10.306.842,07	11.352.968,77	13.501.876,78	13.665.183,12	1,21

Globalmente, registou-se um reduzido incremento das Transferências Obtidas (1,2%), com uma quebra acentuada das Transferências de Capital que, contudo mais que foi compensada pelos acréscimos obtidos no lado das Transferências Correntes.

1.1.3. Financiamento bancário

No caso do Financiamento bancário, os valores do capital em dívida encontram-se evidenciados no Quadro 10:

Quadro 10 - Financiamento Bancário

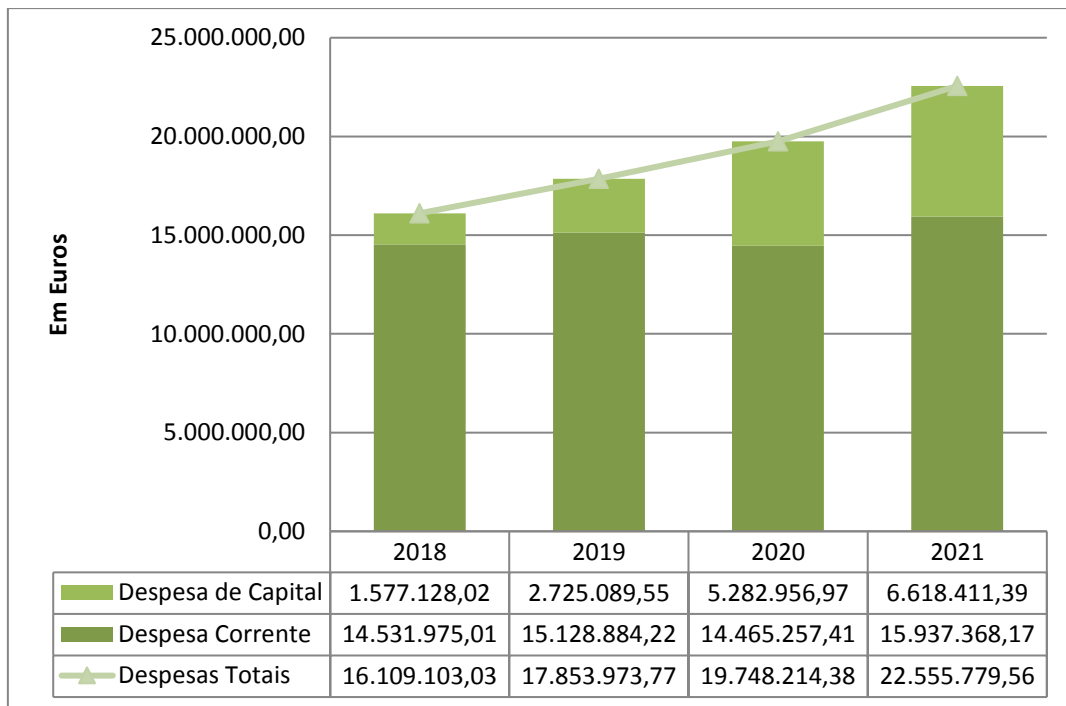
Finalidade	Capital em Dívida		Δ
	31-12-2020 €	31-12-2021 €	2021/2020 %
Habituação Social	69.958,33	50.046,67	-28,46
Parque Urbano e Interface de Transportes	617.366,91	499.228,76	-19,14
R. Oficina Criança; C. Escolar Telheiros; P. Mobilidade Torrão e outros	503.205,89	1.845.074,99	266,66
TOTAL	1.190.531,13	2.394.350,42	101,12

Fruto das solicitações de libertação de verbas dos empréstimos mais recentemente contratados, verifica-se um acréscimo significativo do Capital em Dívida, na comparação dos dois últimos anos, o qual ascende agora a quase 2,4 milhões de euros. Entretanto, findando no início de 2022 os diversos períodos para utilização de verbas contratadas, é expectável que não ocorram acréscimos substanciais deste indicador.

1.2. Despesa

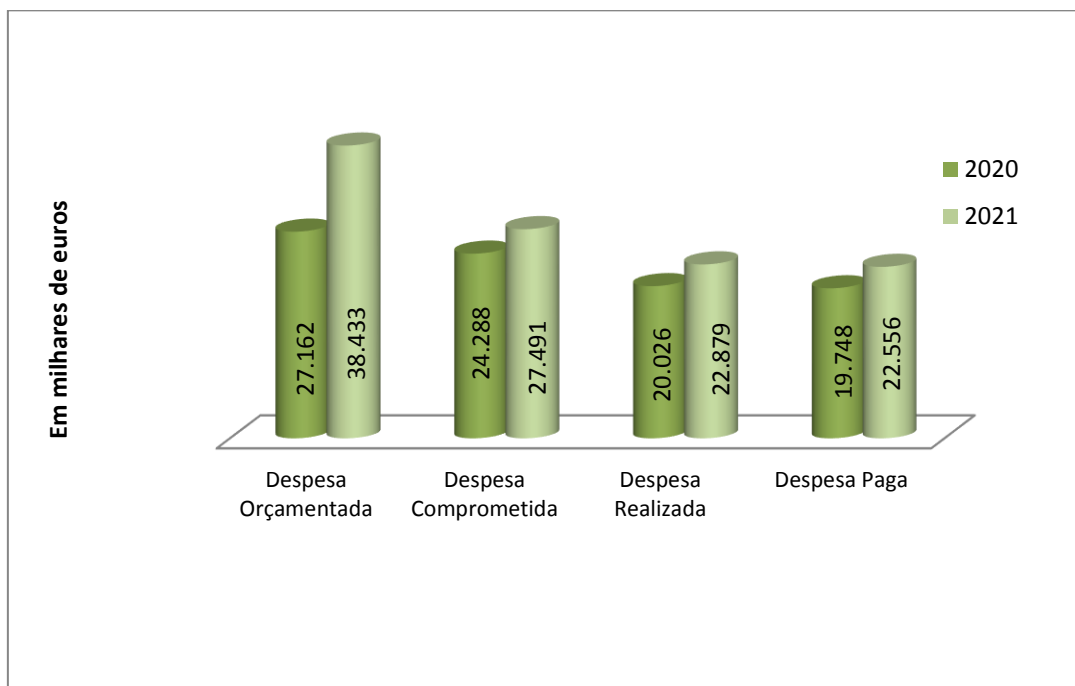
No final de 2021, a Despesa paga ascendeu a mais de 22,5 milhões de euros, o que, no entanto, apenas representou um pouco menos de 60% da despesa orçamentada corrigida. Comparando com o ano anterior, verifica-se um acréscimo superior a 2,8 milhões de euros, tendo-se, de novo, atingido o valor mais elevado dos últimos 4 anos, como se pode verificar no Gráfico 8:

Gráfico 8 - Evolução da Despesa Paga



O Gráfico 9 representa a Despesa orçamentada, comprometida, realizada e paga, comparando idênticos critérios com o ano anterior:

Gráfico 9 - Evolução da Despesa por Tipo



Registe-se que os compromissos assumidos e não pagos foram de 4,9 milhões de euros, mas apenas 323 mil euros estavam faturados e não foram pagos, situações similares às verificadas no ano anterior e que se prendem a título de exemplo com:

1.2.1. Despesa por natureza económica - despesa corrente e de capital

A execução da Despesa Corrente paga foi de 62,2% relativamente à Despesa Orçamentada, correspondentes a 15,9 milhões de euros, e a Despesa de Capital paga teve uma execução de 51,7%, correspondentes 6,6 milhões de euros.

As referidas execuções traduzem-se, relativamente ao ano anterior, num acréscimo de 10,2% na componente Corrente e num acréscimo de 25,3% na componente de Capital.

Tudo pode ser verificado no Quadro 11:

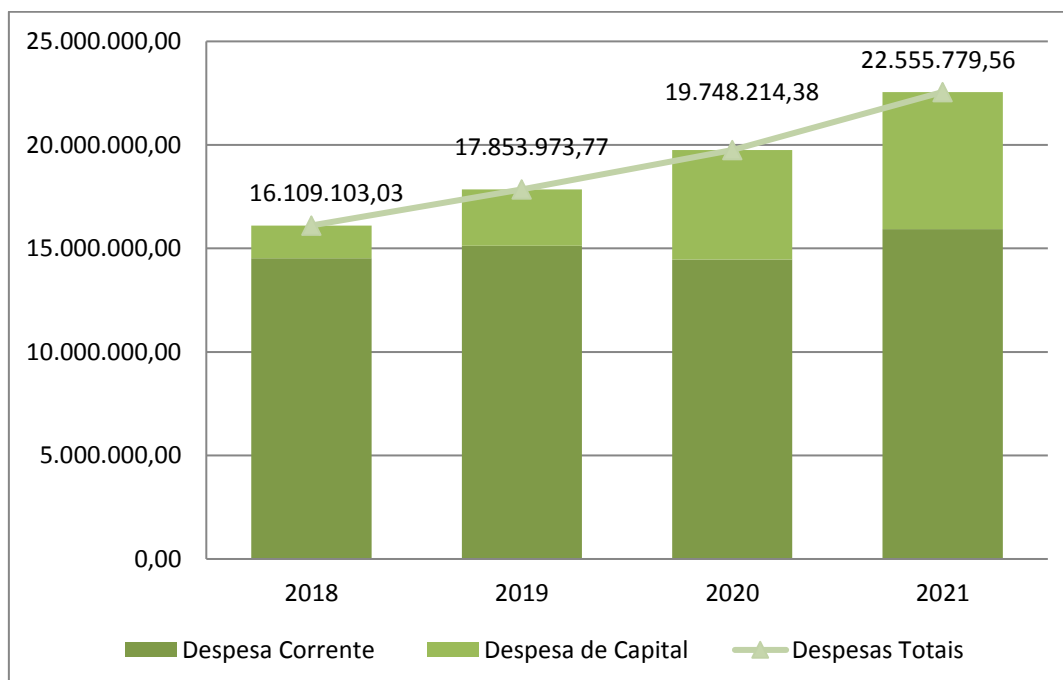
Quadro 11 - Evolução da Despesa por Económica

Rúbricas	2020			2021			Δ 2021/2020 %
	Dot. Final €	Pago €	Exec. %	Dot. Final €	Pago €	Exec. %	
Despesas c/ Pessoal	9.797.791,72	8.404.495,22	85,78	10.369.231,29	8.801.806,18	84,88	4,73
Aquisição Bens/Serviços	7.563.168,03	4.758.902,72	62,92	12.609.864,03	5.585.048,74	44,29	17,36
Juros e Outros Encargos	41.487,99	18.487,69	44,56	82.515,00	18.933,90	22,95	2,41
Transf. Correntes	1.376.333,79	1.267.225,28	92,07	2.304.027,53	1.501.177,10	65,15	18,46
Outras Desp. Correntes	106.136,00	16.146,50	15,21	255.359,49	30.402,25	11,91	88,29
DESP. CORRENTES	18.884.917,53	14.465.257,41	76,60	25.620.997,34	15.937.368,17	62,20	10,18
Aquisição Bens Capital	7.961.492,36	4.974.040,61	62,48	12.276.838,16	6.420.361,58	52,30	29,08
Transf. de Capital	252.968,84	246.215,57	97,33	210.198,00	60.000,00	28,54	-75,63
Ativos Financeiros	29.628,00	29.628,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Passivos Financeiros	33.072,82	33.072,79	100,00	325.415,84	138.049,81	42,42	317,41
DESP. DE CAPITAL	8.277.162,02	5.282.956,97	63,83	12.812.452,00	6.618.411,39	51,66	25,28
DESPESAS TOTAIS	27.162.079,55	19.748.214,38	72,71	38.433.449,34	22.555.779,56	58,69	14,22

Em 2021 a Despesa Corrente paga teve maior expressão nas despesas com pessoal (8,8 milhões de euros), na aquisição de bens e serviços (quase 5,6 milhões de euros) e nas Transferências Correntes (mais de 1,5 milhões de euros). Por seu turno, nas despesas de capital a Aquisição de Bens de Capital, com um peso relativo de mais de 97%, abarca a quase totalidade deste tipo de despesa (mais de 6,4 milhões de euros).

No Gráfico 10 poder-se-á verificar a evolução da despesa paga nos últimos 4 anos:

Gráfico 10 - Evolução da Despesa (despesa corrente vs capital)



Nos Quadros 12 e 13 seguintes regista-se a evolução, nos dois últimos anos, da Despesa realizada e da Despesa paga, o primeiro na área das Despesas Correntes e o segundo na área das Despesas de Capital:

Quadro 12 - Evolução da Despesa Corrente

Rúbricas	Realizado		Pago	
	2020	2021	2020	2021
Despesas c/ Pessoal	8.602.421,81	9.014.298,87	8.404.495,22	8.801.806,18
Aquisição Bens/Serviços	4.805.437,06	5.653.479,59	4.758.902,72	5.585.048,74
Juros e Outros Encargos	18.487,69	18.933,90	18.487,69	18.933,90
Transf. Correntes	1.277.879,65	1.522.675,38	1.267.225,28	1.501.177,10
Outras Desp. Correntes	16.146,50	30.402,25	16.146,50	30.402,25
DESP. CORRENTES	14.720.372,71	16.239.789,99	14.465.257,41	15.937.368,17

Quadro 13 - Evolução da Despesa de Capital

Rúbricas	Realizado		Pago	
	2020	2021	2020	2021
Aquisição de Bens Capital	4.996.246,34	6.440.795,88	4.974.040,61	6.420.361,58
Transf. de Capital	246.215,57	60.000,00	246.215,57	60.000,00
Ativos Financeiros	29.628,00	0,00	29.628,00	0,00
Passivos Financeiros	33.072,79	138.049,81	33.072,79	138.049,81
DESP. DE CAPITAL	5.305.162,70	6.638.845,69	5.282.956,97	6.618.411,39

1.2.2. Taxa de execução da despesa corrente e de capital

O ano de 2021 encerrou com uma Despesa orçamentada de mais de 38,4 milhões de euros e paga de 22,5 milhões de euros, ficando-se a taxa de execução nos 58,7%.

Esta percentagem resulta da conjugação de uma taxa de execução da Despesa Corrente de 62,2% e duma taxa de execução da Despesa de Capital de 51,6%.

Relativamente às Despesas Correntes as rúbricas com maior taxa de execução são as Despesas com Pessoal (84,9%) e as Transferências Correntes (65,1%).

Em relação às Despesas de Capital a maior taxa de execução encontra-se na Aquisição de Bens de Capital (52,3%), conforme se pode comprovar no Quadro seguinte:

Quadro 14 - Execução da Despesa

Rúbricas	Dotação Final	Cabimentado		Comprometido		Realizado		Pago	
		€	%	€	%	€	%	€	%
Despesas c/ Pessoal	10.369.231,29	9.252.670,25	89,23	9.252.620,05	100,00	9.014.298,87	97,42	8.801.806,18	84,88
Aquisição Bens/Serviços	12.609.864,03	8.103.750,86	64,27	7.957.046,67	98,19	5.653.479,59	71,05	5.585.048,74	44,29
Juros e Outros Encargos	82.515,00	42.877,00	51,96	42.877,00	100,00	18.933,90	44,16	18.933,90	22,95
Transf. Correntes	2.304.027,53	1.708.185,69	74,14	1.708.185,69	100,00	1.522.675,38	89,14	1.501.177,10	65,15
Outras Desp. Correntes	255.359,49	69.255,23	27,12	69.255,23	100,00	30.402,25	43,90	30.402,25	11,91
DESP. CORRENTES	25.620.997,34	19.176.739,03	74,85	19.029.984,64	99,23	16.239.789,99	85,34	15.937.368,17	62,20
Aquisição de Bens Capital	12.276.838,16	8.595.746,33	70,02	8.263.452,59	96,13	6.440.795,88	77,94	6.420.361,58	52,30
Transf. de Capital	210.198,00	60.000,00	28,54	60.000,00	100,00	60.000,00	100,00	60.000,00	28,54
Passivos Financeiros	325.415,84	138.138,17	42,45	138.138,17	100,00	138.049,81	99,94	138.049,81	42,42
DESP. DE CAPITAL	12.812.452,00	8.793.884,50	68,64	8.461.590,76	96,22	6.638.845,69	78,46	6.618.411,39	51,66
DESPESAS TOTAIS	38.433.449,34	27.970.623,53	72,78	27.491.575,40	98,29	22.878.635,68	83,22	22.555.779,56	58,69

1.2.3. Despesas com pessoal

Como já foi referido a rubrica com maior peso no total da Despesa municipal reporta-se às Despesas com Pessoal. Justifica-se assim desenvolver melhor o tipo de custos envolvidos, remetendo-nos para os valores inseridos no Quadro 15:

Quadro 15 - Evolução da Despesa Paga com Pessoal

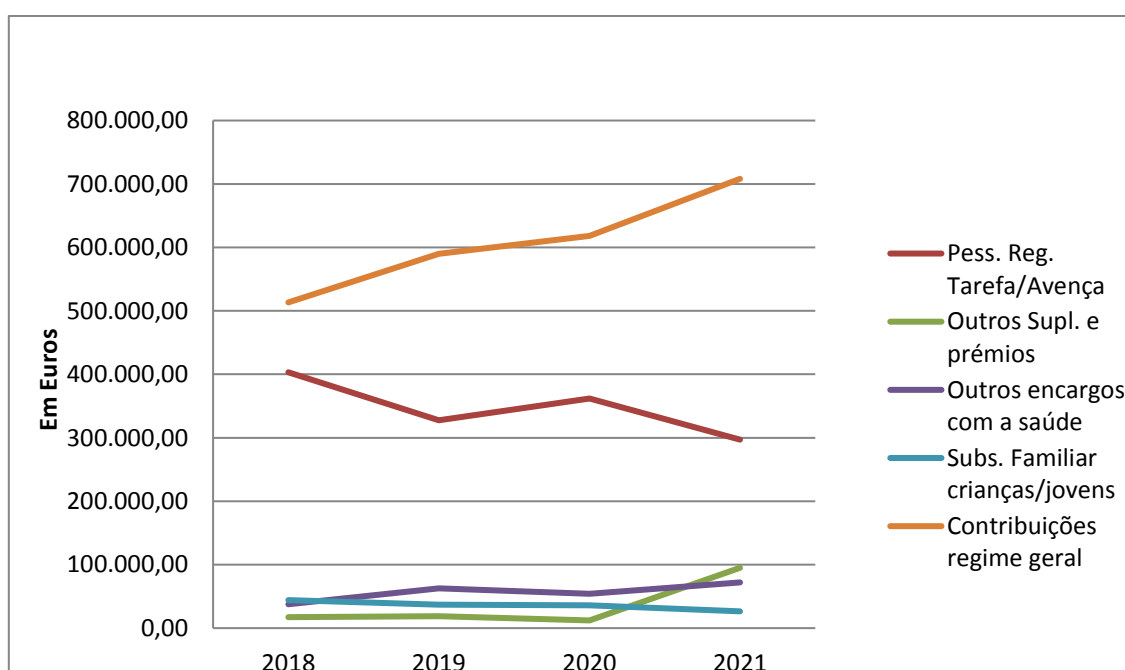
Rúbricas	2018	2019	2020	2021	Δ 2021/2020 %
	€	€	€	€	
Membros Órgãos Autárquicos	155.285,48	154.915,77	151.415,53	148.578,82	-1,87
Pessoal Quadros - C. Individual Trab.	3.702.126,91	3.853.479,54	3.912.734,35	4.123.224,02	5,38
Pessoal Contratado a Termo	0,00	0,00	6.723,36	26.858,20	299,48
Pessoal Regime de Tarefa/Avença	403.197,34	327.638,15	362.017,79	297.056,66	-17,94
Pessoal Aguardando Aposentação	3.426,87	4.337,81	11.028,96	9.182,46	-16,74
Pessoal Qualquer Outra Situação	236.417,01	336.392,32	374.911,14	373.953,89	-0,26
Despesas de Representação	38.209,08	42.150,53	43.675,96	42.939,86	-1,69
Subsídio de Refeição	452.625,30	454.476,06	474.817,93	478.920,13	0,86
Subsídio de Férias e de Natal	718.098,21	755.578,61	776.275,81	816.442,33	5,17
Rem. Doença, Maternidade. e Pater.	82.650,43	86.933,95	61.473,20	68.216,90	10,97
Horas Extraordinárias	278.423,23	310.033,27	238.898,29	272.788,42	14,19
Ajudas de Custo	29.260,96	29.067,80	12.903,23	10.801,76	-16,29
Abono para Falhas	22.783,62	19.796,92	11.461,33	24.084,22	110,13
Sub. de Turno e Sub. Trab. Noturno	75.637,22	80.257,22	74.936,50	84.079,37	12,20
Outros Supl. e Prémios	17.290,19	18.680,96	12.156,36	95.058,32	681,96
Encargos com a Saúde	251.921,95	321.690,97	238.685,06	213.517,17	-10,54
Outros Encargos com a Saúde	37.617,71	62.822,34	54.321,43	72.030,24	32,60
Subsídio Familiar Crianças/Jovens	44.156,99	36.984,11	35.805,83	26.448,42	-26,13
Outras Prestações Familiares	4.708,87	3.427,17	2.420,00	3.000,99	24,01
Contribuições CGA	732.791,44	737.613,18	734.760,06	722.309,83	-1,69
Contribuições Regime Geral	513.371,01	590.052,82	618.352,38	708.144,32	14,52
Outras Cont. para a Seg. Social	13.237,41	11.531,54	16.733,38	17.551,87	4,89
Acidentes em Serv./Doenç. Profession.	31.809,42	9.878,91	9.172,02	31.385,23	242,18
Seguros	59.130,35	142.243,80	166.342,11	133.790,81	-19,57
Outras Despesas Seg. Social	4.756,27	3.603,99	2.473,21	1.441,94	-41,70
TOTAL DESPESAS COM PESSOAL	7.908.933,27	8.393.587,74	8.404.495,22	8.801.806,18	4,73

Relativamente ao ano anterior, verificou-se um acréscimo de pouco mais de 4,7% no conjunto das despesas aqui consideradas. Na generalidade dos casos, verifica-se que as despesas com maior elasticidade, relativamente a 2020, sofreram algum incremento, no entanto insuficiente para os níveis pré-pandémicos e com exceções. Percentualmente o maior incremento regista-se nos Outros Suplementos e Prémios (mais de 680%): tal deveu-se essencialmente a se ter iniciado o pagamento do

subsídio de penosidade e risco, após este ter sido legalmente regulamentado. Em valor, apesar de apenas registar uma variação de cerca de 5,4%, a rúbrica com maior expressão é “Pessoal dos Quadros – contrato individual de trabalho”, com um acréscimo superior a 210 mil euros.

No Gráfico 11 apresenta-se a evolução de 5 das rúbricas consideradas:

Gráfico 11 - Evolução de algumas Despesas com Pessoal



Destaque-se a acentuada subida dos encargos com a TSU, os quais, quando somados ao valor pago à CGA, já ultrapassa os 1,4 milhões de euros. Por outro lado, note-se que, depois de um ano com tendência crescente, em 2021 o Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença, voltou a sofrer nova redução.

1.2.4. Compromissos e responsabilidades anos seguintes

No Quadro 16 seguinte vão indicados os valores dos compromissos assumidos que implicam responsabilidades em anos futuros, subdivididos por diferentes áreas de intervenção:

Quadro 16 - Compromissos e responsabilidades anos seguintes

Finalidade	2022	2023	2024	2025	> 2025
Apoio ao Emprego e Formação	295.352,28	66.668,00	0,00	0,00	0,00
Energia e Combustíveis	885.999,06	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação	282.735,54	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações e Redes de Dados	88.211,54	14.514,78	6.765,00	0,00	0,00
Ação Social	1.780,64	1.780,66	0,00	0,00	0,00
Ambiente e Abastec. Público	20.910,00	10.455,00	0,00	0,00	0,00
Proteção Civil e Vigilância	32.661,71	0,00	0,00	0,00	0,00
Atividades de Âmbito Geral	686.279,59	455.777,06	261.652,43	34.761,58	2.181.348,80
TOTAL	2.293.930,36	549.195,50	268.417,43	34.761,58	2.181.348,80

Relativamente às responsabilidades futuras salienta-se que, comparativamente com o ano anterior verifica-se uma substancial redução de mais de 32%.

1.3. Resultado Orçamental

No Quadro 17 seguinte evidencia-se a Receita total cobrada e a Despesa total paga, relativamente aos últimos 4 anos. Igualmente se inscrevem os saldos de gerência apurados.

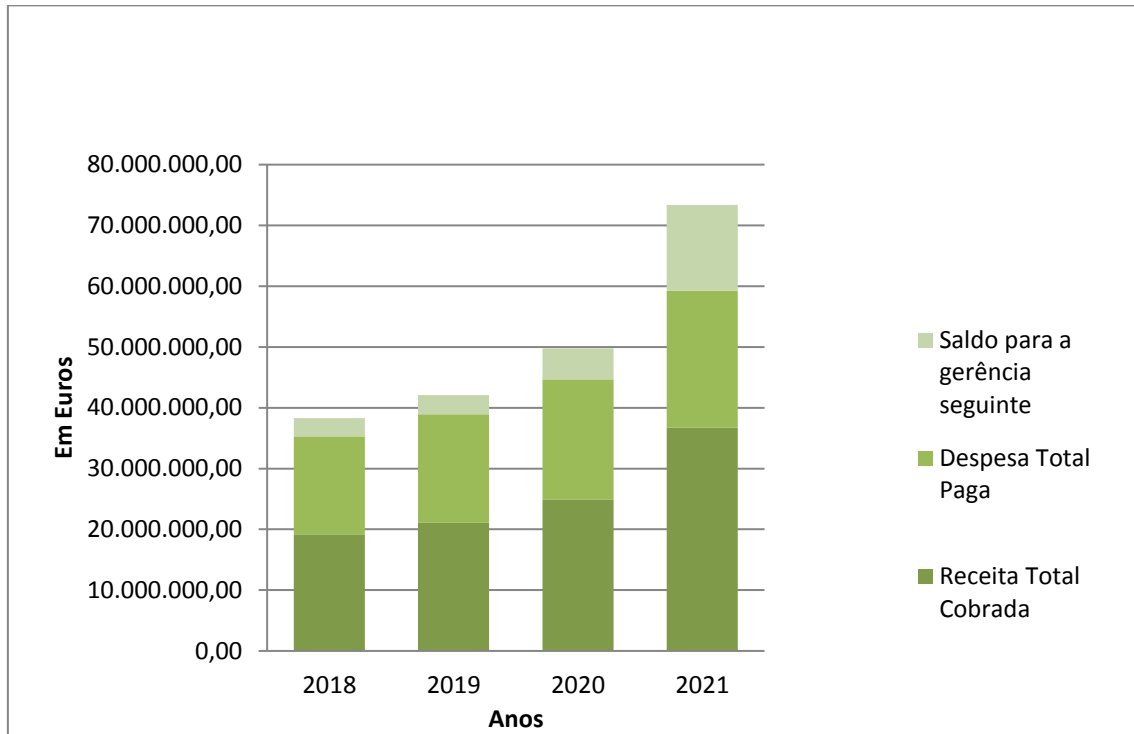
Verifica-se um contínuo aumento dos saldos de gerência, excepcional no último ano, designadamente em função da receita apurada com a alienação patrimonial já referida e, igualmente, com a libertação de verbas de empréstimos contratados. Tratando-se de situações episódicas, é natural que o ano de 2022 venha a evidenciar uma forte redução desta componente.

Quadro 17 - Receita vs Despesa

	2018 €	2019 €	2020 €	2021 €
Receita Total Cobrada	19.161.264,20	21.056.140,76	24.896.717,45	36.695.333,72
Despesa Total Paga	16.109.103,03	17.853.973,77	19.748.214,38	22.555.779,56
Saldo para a Gerência Seguinte	3.052.161,17	3.202.166,99	5.148.503,07	14.139.554,16

Graficamente, este quadro apresenta-se como segue:

Gráfico 12 - Receita/Despesa/Saldo de Gerência



No quadro seguinte verifica-se que, quer ao nível da área corrente, quer ao nível da área de capital, foram obtidos saldos positivos, fruto, em boa parte das situações ocasionais anteriormente referidas. É o que se pode verificar no Quadro 18:

Quadro 18 - Resultado Orçamental

	2021
Receita Corrente Cobrada	19.688.987,33
Despesa Corrente Paga	15.937.368,17
Poupança Corrente	3.751.619,16
Receita de Capital Cobrada	11.857.743,32
Despesa de Capital Paga	6.618.411,39
Saldo de Capital	5.239.331,93
Receita Total Cobrada	31.546.730,65
Despesa Total Paga	22.555.779,56
Saldo da Gerência Anterior	5.148.603,07
Saldo Orçamental	14.139.554,16

1.4. Principais indicadores orçamentais

No quadro seguinte apresentam-se a comparação, para os dois últimos anos, dos principais indicadores orçamentais.

Quadro 19 - Evolução dos principais indicadores orçamentais

Indicadores Orçamentais de Estrutura	2020	2021
Da Receita		
Impostos Diretos / Receitas Correntes	24,45	30,56
Impostos Indiretos / Receitas Correntes	0,10	0,01
Transferências Correntes / Receitas Correntes	56,69	52,62
Transferências Capital / Receitas de Capital	82,63	27,88
Passivos Financeiros / Receitas de Capital	14,36	11,32
Receitas Correntes / Receitas Totais	68,06	53,66
Receitas Capital / Receitas Totais	18,94	32,31
Da Despesa		
Pessoal / Despesas Correntes	58,10	55,23
Aquisição de Bens e Serviços / Despesas Correntes	32,90	35,04
Transferências Correntes / Despesas Correntes	8,76	9,42
Aquisição de Bens de Investimento / Despesas de Capital	94,15	17,90
Transferências Capital / Despesas de Capital	4,66	0,91
Passivos Financeiros / Despesas de Capital	0,63	2,09
Despesas Correntes / Despesas Totais	73,25	70,66
Despesas de Capital / Despesas Totais	26,75	29,34
Da Capacidade Financeira		
Cobertura das Despesas pelas Receitas (quociente)	1,26	1,63
Receitas Próprias de Funcionamento € (1)	21.811.749,41	32.789.401,13
Despesas Correntes + Passivos Financeiros €	14.498.330,20	16.075.417,98
Prazo médio Pagamentos (em dias)	26	18

(1) De acordo com o SNC-AP correspondem às Receitas Totais abatidas das Transferências da EU e dos Passivos Financeiros.

2. Análise económico-financeira

O SNC-AP visa promover a harmonização contabilística entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizar procedimentos, melhorar a transparência das contas públicas das entidades públicas.

As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

De seguida iremos analisar o balanço e a demonstração de resultados, bem como efetuar uma análise da contabilidade de gestão no Município de Alcácer do Sal.

2.1. Balanço

Em 2021 o ativo do Município de Alcácer do Sal ultrapassou os 77,5 milhões de euros, o que traduz um acréscimo de cerca de 10 milhões de euros face ao ano de 2020 representando uma subida de 16,43%.

Quadro 20 - Evolução do ativo

Componentes do Ativo	2021	2020	Δ	Δ
			2021/2020	2021/2020
			€	%
Ativos fixos tangíveis	47.124.469,31	42.776.132,75	4.348.336,56	10,17%
Propriedades de investimento	9.954.295,02	10.813.493,22	-859.198,20	-7,95%
Ativos intangíveis	93.029,54	112.620,06	-19.590,52	-17,40%
Ativos biológicos	0,00	0,00	0,00	--
Participações financeiras	533.304,00	533.304,00	0,00	0,00%
Devedores emp. bonif. e subs. reemb.	0,00	0,00	0,00	--
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	--
Diferimentos	0,00	0,00	0,00	--
Outros ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	--
Ativos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00	--
Clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	0,00	--
Outras contas a receber	0,00	0,00	0,00	--
Ativo não corrente	57.705.097,87	54.235.550,03	3.469.547,84	6,40%
Inventários	438.596,57	421.679,42	16.917,15	4,01%
Ativos biológicos	0,00	0,00	0,00	--
Devedores transf. e subs. não reemb.	2.171.477,81	3.915.718,29	-1.744.240,48	-44,54%
Devedores emp. bonif. e subs. reemb.	0,00	0,00	0,00	--
Clientes, contribuintes e utentes	412.441,96	379.369,23	33.072,73	8,72%
Estado e outros entes públicos	111.613,33	88.818,43	22.794,90	25,66%
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	--
Outras contas a receber	2.213.952,46	2.141.215,21	72.737,25	3,40%
Diferimentos	4.000,00	0,00	4.000,00	--
Ativos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00	0,00	--
Outros ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	--
Ativos não correntes detidos para venda	0,00	0,00	0,00	--
Caixa e depósitos	14.476.911,83	5.412.400,70	9.064.511,13	167,48%
Ativo corrente	19.828.993,96	12.359.201,28	7.469.792,68	60,44%
Total do Ativo	77.534.091,83	66.594.751,31	10.939.340,52	16,43%

Da análise às variações da estrutura do ativo podemos constatar que os Ativos Fixos Tangíveis em 2021 representam cerca de 61% do total do ativo e registam uma subida na ordem dos 4,3 milhões de euros face ao ano anterior. Concorreram para esta diferença a aquisição de uma parcela de terreno para ampliação da zona de atividades económicas de Alcácer do Sal em 800 mil euros; a aquisição de bens móveis no valor de mais de 470 mil euros e 3,1 milhões de euros de acréscimo dos ativos fixos tangíveis em curso.

Quanto às Propriedades de Investimento, assistimos a um decréscimo na ordem dos 859 mil euros face a 2020, motivado nomeadamente pelo abate no património municipal de um valor superior a 1 milhão de euros que corresponde ao Lote de Brejos da Carregueira alienado em 2021.

Na rubrica Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis verifica-se uma diminuição de cerca de 1,7 milhões de euros face a 2020. Este facto está fortemente influenciado pela diferença entre o desresconhecimento dos direitos a receber, (efetivamente recebidos em 2021, oriundos da comparticipação comunitária em projetos co-financiados), e os reconhecimentos de novos direitos a receber referentes a dois projetos co-financiados (Iluminação cénica do património edificado de Alcácer do Sal e Parque Lúdico Intergeracional dos Bairros de São João e Olival Queimado).

As dívidas de terceiros representam 3,39% do total do ativo e tiveram um ligeiro decréscimo face a 2020 onde representavam 3,78%.

É de salientar o aumento do saldo de disponibilidades de 5,4 milhões de euros em 2020 para 14,4 milhões em 2021.

As disponibilidades finais ascendem a 14.476.911,83€, dos quais 14.139.554,16€ se referem a operações orçamentais, e que agora se propõe serem incorporados nas receitas de 2022 na rubrica Saldo para a Gerência Seguinte.

Quadro 21 - Evolução do passivo

Componentes do Passivo	2021	2020	Δ	Δ
			2021/2020	2021/2020
			€	%
Provisões	573.411,72	573.411,72	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos	2.216.948,75	1.169.739,62	1.047.209,13	89,52%
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00	0,00	--
Resp. benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	--
Diferimentos	0,00	0,00	0,00	--
Passivos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00	--
Fornecedores	0,00	0,00	0,00	--
Outras contas a pagar	324.413,12	250.194,86	74.218,26	29,66%
Passivo não corrente	3.114.773,59	1.993.346,20	1.121.427,39	56,26%
Credores transf. e subs. não reemb. concedidos	8.000,00	0,00	8.000,00	--
Fornecedores	279.498,57	380.250,80	-100.752,23	-26,50%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	0,00	--
Estado e outros entes públicos	205.425,32	191.658,71	13.766,61	7,18%
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	--
Financiamentos obtidos	177.401,67	20.791,51	156.610,16	753,24%
Fornecedores de investimentos	60.270,85	128.451,81	-68.180,96	-53,08%
Outras contas a pagar	1.687.757,96	1.421.845,95	265.912,01	18,70%
Diferimentos	7.050.942,99	7.502.093,73	-451.150,74	-6,01%
Passivos finan. detidos para neg.	0,00	0,00	0,00	--
Outros passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	--
Passivo corrente	9.469.297,36	9.645.092,51	-175.795,15	-1,82%
Total do Passivo	12.584.070,95	11.638.438,71	945.632,24	8,13%

Em relação ao passivo, o Município de Alcácer do Sal fechou o ano com um valor de cerca de 12,5 milhões de euros, sendo constituído em 24,75% por passivo não corrente e em 75,25% por passivo corrente. Relativamente ao ano transato verificou-se que o passivo corrente sofreu um decréscimo de 1,82% enquanto que o passivo não corrente, registou um incremento de 56,26%.

Comparando com o período homólogo, o total do passivo teve uma variação positiva de 8,13%.

No caso do passivo não corrente a subida deve-se sobretudo aos financiamentos obtidos que registam um incremento de mais de 1 milhão de euros. Já do lado do passivo corrente o decréscimo fica a dever-se sobretudo à rubrica de diferimentos que apresenta uma quebra superior a 450 mil euros e explica-se: pela diferença entre o desconhecimento dos direitos a receber, (efetivamente recebidos em 2021, oriundos da comparticipação comunitária em projetos co-financiados), e os reconhecimentos de novos direitos a receber referentes a dois projetos co-financiados (Iluminação cénica do património edificado de Alcácer do Sal e Parque Lúdico Intergeracional dos Bairros de São João e Olival Queimado); pela transferência para a conta 59 dos valores das comparticipações referentes das obras em curso transitadas em 2021 para ativos fixos tangíveis: Museu Pedro Nunes e Requalificação da Oficina da Criança e ainda pelo decréscimo de cerca de 168 mil euros das rubricas de fornecedores.

Quadro 22 - Evolução do património líquido

Componentes do Património Líquido	2021	2020	Δ	Δ
			2021/2020	2021/2020
			€	%
Património/Capital	46.845.176,35	46.106.839,05	738.337,30	1,60%
Ações (quotas) próprias	0,00	0,00	0,00	--
Outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00	0,00	--
Prémios de emissão	0,00	0,00	0,00	--
Reservas	913.559,11	859.481,85	54.077,26	6,29%
Resultados transitados	-42.274,12	-917.188,33	874.914,21	95,39%
Ajustamentos em ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	--
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	--
Outras variações património líquido	9.397.227,62	7.825.634,93	1.571.592,69	20,08%
Resultado líquido do período	7.836.331,92	1.081.545,10	6.754.786,82	624,55%
Dividendos antecipados	0,00	0,00	0,00	--
Total do Património Líquido	64.950.020,88	54.956.312,60	9.993.708,28	18,18%

Os fundos próprios do Município de Alcácer do Sal passaram a totalizar cerca de 64,9 milhões de euros, o que traduz um acréscimo de mais de 9,9 milhões de euros relativamente ao ano anterior. Este crescimento é sobretudo consequência do aumento do Resultado Líquido do período, que cresceu mais de 624% face a 2020, bem como de um acréscimo de mais de 1,5 milhões de euros na rubrica Outras variações do património líquido, face ao ano anterior, decorrente do aumento dos valores a receber do FEDER em cerca de 530 mil euros, do incremento do Fundo de Equilíbrio Financeiro – capital em mais de 1 milhão de euros e do valor de Doações em cerca de 36 mil euros, correspondentes a 50% dos lotes n.º17 e n.º18, ambos no Olival do Serradinho e uma parcela de terreno rústico no Barrancão.

O resultado líquido ascende a mais de 7,8 milhões de euros, consequência da dinâmica dos gastos e rendimentos integrantes desta natureza, verificando-se um acréscimo, face ao ano anterior, da ordem dos 6,7 milhões de euros.

Quanto à melhoria registada na rubrica resultados transitados, ficou a dever-se à integração do resultado líquido de 2020, de acordo com o deliberado pela Assembleia Municipal, e regularizações no valor de cerca de 153 mil euros referente a despesas de capital de anos anteriores com projetos para obras não executados.

2.2. Demonstração de resultados

Os rendimentos em 2021 foram superiores a 25,5 milhões de euros para um nível de gastos de cerca de 18,5 milhões de euros, tendo-se verificado um aumento de 41,4% dos rendimentos e um aumento de 8,9% dos gastos face ao ano anterior.

Efetuada uma análise aos gastos de 2021, podemos concluir que houve um acréscimo superior a 1,5 milhões de euros face a 2020.

Quadro 23 – Evolução dos gastos

Gastos	2021	2020	Δ	Δ
			2021/2020	2021/2020
			€	%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	355.284,27	403.698,23	-48.413,96	-11,99%
Fornecimentos e serviços externos	5.577.946,58	4.665.075,80	912.870,78	19,57%
Gastos com pessoal	8.590.222,72	8.150.886,35	439.336,37	5,39%
Transferências e subsídios concedidos	1.211.597,70	1.167.456,77	44.140,93	3,78%
Outros gastos	425.452,55	369.457,91	55.994,64	15,16%
Gastos de depreciação e amortização	2.298.831,83	2.196.046,79	102.785,04	4,68%
Provisões do período	0,00	0,00	0,00	---
Juros e gastos similares suportados	20.033,58	19.163,38	870,20	4,54%
Total	18.479.369,23	16.971.785,23	1.507.584,00	8,88%

À exceção da rubrica Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, todas as outras rubricas de gastos, registaram um aumento comparativamente com 2020.

Há semelhança dos anos anteriores, as rubricas que continuam a ter maior peso na estrutura dos gastos são os relativos com o pessoal (46%) e os fornecimentos e serviços externos (30%). Analisando o período de 2021, para estas duas rubricas de maior peso temos nos fornecimentos e serviços externos um aumento de 19,6% face a 2020 e nos gastos com o pessoal registou-se também um aumento de 5,4% face ao ano transato.

As amortizações do exercício registaram um aumento de cerca de 100 mil euros em relação a 2020 que se justifica com o aumento dos ativos fixos tangíveis decorrente, não só das aquisições, mas também como consequência do trabalho de inventariação dos bens imóveis que são propriedade do Município e que ainda não se encontravam inventariados.

As provisões do período mantiveram o valor de 2020, (0,00€), uma vez que também em 2021 não houve necessidade de constituir novas provisões.

Segue a análise dos rendimentos de 2021.

Quadro 24 - Evolução dos proveitos

Proveitos	2021	2020	Δ	Δ
			2021/2020	2021/2020
			€	%
Impostos, contribuições e taxas	6.417.969,22	4.868.850,69	1.549.118,53	31,82%
Vendas	20.878,17	21.223,45	-345,28	-1,63%
Prestações de serviços e concessões	2.037.557,33	2.006.485,18	31.072,15	1,55%
Transferências e subsídios correntes obtidos	10.406.783,68	9.608.299,60	798.484,08	8,31%
Imparidade inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	0,00	12.281,62	-12.281,62	--
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	128.463,70	12.280,27	116.183,43	946,10%
Outros rendimentos	7.303.749,66	1.523.417,71	5.780.331,95	379,43%
Juros e rendimentos similares obtidos	299,39	491,81	-192,42	-39,12%
Total	26.315.401,76	18.052.838,52	8.262.563,24	45,77%

Nos proveitos, os impostos, contribuições e taxas apresentam uma variação positiva (superior a 31%) relativamente ao ano anterior, correspondendo a um acréscimo de mais de 1,5 milhões de euros. Como já foi referido anteriormente, esta situação deveu-se sobretudo ao forte incremento do IMT verificado em 2021.

Na rubrica de juros e rendimentos similares obtidos verificou-se uma diminuição superior a 39%, o que, contudo, representa materialmente apenas um decréscimo de cerca de 192 euros. A rubrica de transferências e subsídios obtidos totaliza cerca de 10,4 milhões de euros, tendo registado um aumento de 8,3%, correspondendo a uma subida de mais de 798 mil euros.

A componente imparidade de dívidas a receber, apesar de registar um acréscimo superior a 946%, que corresponde a um aumento de cerca de 116 mil euros, resultado da reversão de imparidades em cerca de 130 mil euros, devido à diminuição da dívida

a receber de clientes, contribuintes e utentes e do resultado de aumentos/reforços de imparidades no domínio das dívidas a receber, face a 2020.

No que se refere à rubrica outros rendimentos, esta apresenta uma subida de mais de 5,7 milhões de euros face a 2020, justificada sobretudo pelo aumento das vendas de Propriedades de Investimento nomeadamente a alienação de um terreno em Brejos da Carregueira que ascendeu a mais de 6,9 milhões de euros entretanto abatido do património municipal em valor superior a 1 milhão de euros.

2.3. Indicadores económico-financeiros

Os rácios estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração dos resultados, para quantificar factos, detetar anomalias e fazer comparações no tempo. Apresentam-se os seguintes indicadores:

Quadro 25 - Indicadores económico-financeiros

Indicadores	Rácio	2021	2020
Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	84%	83%
Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	5,16	4,72
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	2,09	1,28
Liquidez Imediata	Disponibilidades/Passivo Corrente	1,53	0,56

Em todos os indicadores resultaram em 2021 melhorias face a 2020, salientando-se os indicadores da Autonomia Financeira e Liquidez Imediata, por terem uma maior expressão de acréscimo.

2.4. Endividamento municipal

Os limites de endividamento surgiram com a entrada em vigor da Lei n.º 2 de 2007, de 15 janeiro. Em 2014 houve alteração nos cálculos do limite de endividamento e no apuramento da dívida total, de acordo com os artigos 52.º e 54.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, na sua redação atual, consideram-se os limites da Dívida Total para 2021, como se transcreve:

“1 - A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

2 - A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

3 - Sempre que um município:

a) Não cumpra o limite previsto no n.º 1, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo do previsto na secção III;

b) Cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios (sem aplicação em 2021, por força da Lei 35/2020 de 13 agosto).

4 - Para efeito de responsabilidade financeira, o incumprimento da obrigação prevista no número anterior é equiparado à ultrapassagem do limite previsto no n.º 1, nos termos e para os efeitos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.

5 – Sem prejuízo do disposto no número seguinte, para efeitos do apuramento da dívida total dos municípios referida no n.º 1, não é considerado:

a) O valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com participação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia; e

b) O valor das subvenções reembolsáveis ou dos instrumentos financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

6 – Para efeitos do disposto no número anterior, no caso de existirem diferentes fontes de financiamento reembolsáveis pelos municípios, a não relevância para efeitos do apuramento da dívida total dos municípios é na proporção dos montantes obtidos no âmbito do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.”

Os limites da Dívida Total em 2021, para o Município de Alcácer do Sal, calculados de acordo com o previsto no artigo 52º da Lei 73/2013 de 03 de setembro e com o n.º1 do artigo n.º2 da Lei 35/2020, de 13 de agosto para o ano 2021, são os seguintes:

- O limite da Dívida Total foi fixado em 24.252.203€;
- A Dívida Total municipal (incluindo entidades relevantes) foi de 3.431.949€;
- A Dívida Total municipal (excluindo não orçamentais, capital excepcionado (empréstimos) e FAM) foi de 1.621.903€;
- Ficando assim uma margem absoluta de 22.630.300€. Contudo, face às normas legais aplicáveis, a margem utilizável é apenas 20% daquele valor, ou seja, 4.526.060€, da qual se encontra por utilizar 2.904.157€.

O valor da Dívida Total municipal registado em 2021 sofreu um aumento, quando comparado com os valores apurados de 2020, de 67,38% que corresponde ao valor de 652.912€, devendo-se sobretudo ao aumento dos financiamentos obtidos.

Podemos contudo inferir que o Município de Alcácer do Sal mantém uma posição cómoda quanto às matérias relacionadas com os limites da Dívida Total, fixados para o ano de 2021, não excedendo o limite de endividamento.

3. Contabilidade de gestão

A contabilidade de custos é um instrumento de gestão interna que permite desagregar os custos por bens, serviços e funções, e como tal complementa a contabilidade orçamental (na ótica da despesa e da receita) e a contabilidade patrimonial (alterações na composição ou valor do património) e apura resultados mensais a partir dos quais se obtêm informações que ajudam na tomada de decisão dos órgãos de gestão e administração.

O apuramento dos custos dos bens, serviços e funções, corresponde ao apuramento dos custos diretos e indiretos relacionados com toda a atividade produtiva, distribuição, administração geral e financeira. Todos os custos e perdas do município foram tratados, tendo sido repartidos por custos diretos, indiretos e não incorporáveis.

Custos Diretos a Bens e Serviços – custos cuja incorporação são facilmente observáveis para algum bem ou serviço, e que são, obviamente, também diretos à função a que o bem ou serviço diz respeito.

Custos Diretos a uma Função e Indiretos a Bens e Serviços – custos cuja incorporação não é direta a um bem ou serviço, mas que são repartidos pelos bens e serviços das funções a que respeitam, ou seja, estes custos não se conseguem atribuir diretamente a um bem ou serviço mas conseguem-se identificar com uma função.

Custos Indiretos a Funções – custos de carácter genérico, que não se conseguem atribuir diretamente a uma função, são custos gerais e deverão ser repartidos indiretamente por todas as funções.

Custos não Incorporáveis – são custos que, pela sua natureza ou causa, não são imputáveis a qualquer função, bem ou serviço.

O SNC-AP, na NCP 27 - Contabilidade de Gestão, tem como objetivo estabelecer a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos obrigatórios para o seu conteúdo e divulgação.

O nosso objetivo é por isso passarmos da contabilidade de custos, que temos hoje implementada, para uma contabilidade de gestão, mais abrangente, que para além dos gastos, apure as receitas e as reparta também aos bens, serviços e funções do município, possibilitando uma melhor análise dos resultados.

3.1. Análise de custos por funções

A contabilidade de custos do município assenta igualmente numa classificação funcional dos custos, de acordo com o classificador funcional das autarquias locais, aprovado pelo DL nº 192 /2015 de 11 de setembro e com base na NCP 27 - Contabilidade de Gestão do SNC-AP.

A contabilidade de custos permite obter mais informação sobre o esforço financeiro desenvolvido nas quatro grandes áreas de intervenção, as funções gerais, as funções sociais, as funções económicas e, por último as outras funções, possibilitando um melhor planeamento da atividade e no prosseguimento das suas atribuições.

Observemos então o Quadro 26.

Quadro 26 - Custos por funções

Código	Designação	Custos Diretos a Bens e Serviços	Custos Indiretos a Bens e Serviços	Total
1	Funções Gerais	1.242.265,46	4.558.815,06	5.801.080,52
111	Administração Geral	995.460,90	4.465.888,09	5.461.348,99
121	Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	246.804,56	92.926,97	339.731,53
2	Funções Sociais	6.750.814,99	2.158.436,86	8.909.251,85
211	Ensino Não Superior	536.151,74	273.610,16	809.761,90
212	Serviços Auxiliares de Ensino	455.547,52	7.471,67	463.019,19
221	Serviços Individuais de Saúde	9.147,77	2.163,51	11.311,28
231	Segurança Social	0,00	2.015,31	2.015,31
232	Ação Social	304.863,89	120.102,67	424.966,56
241	Habitação	44.284,70	32.109,54	76.394,24
242	Ordenamento do Território	0,00	49.118,01	49.118,01
243	Saneamento	652.212,16	270.148,69	922.360,85
244	Abastecimento de Água	1.399.349,41	295.141,33	1.694.490,74
245	Resíduos Sólidos	978.406,83	168.339,02	1.146.745,85
246	Proteção Meio Ambiente e Conservação da Natureza	766.282,88	183.599,80	949.882,68
251	Cultura	1.018.448,21	377.081,42	1.395.529,63
252	Desporto, Recreio e Lazer	569.420,39	354.535,73	923.956,12
253	Outras Atividades Cívicas e Religiosas	16.699,49	23.000,00	39.699,49
3	Funções Económicas	1.082.348,60	1.317.448,45	2.399.797,05
320	Indústria e Energia	275.008,83	181.944,00	456.952,83
331	Transportes Rodoviários	641.319,31	861.477,56	1.502.796,87
333	Transportes Fluviais	3.019,51	0,00	3.019,51
341	Mercados e Feiras	93.562,15	119.919,60	213.481,75
342	Turismo	69.438,80	153.492,29	222.931,09
350	Outras Funções Económicas	0,00	615,00	615,00
4	Outras Funções	46.632,63	352.525,79	399.158,42
410	Operações da Dívida Autárquica	0,00	18.379,36	18.379,36
420	Transferências entre Administrações	0,00	329.006,63	329.006,63
430	Diversas Não Especificadas	46.632,63	5.139,80	51.772,43
	Total	9.122.061,68	8.387.226,16	17.509.287,84

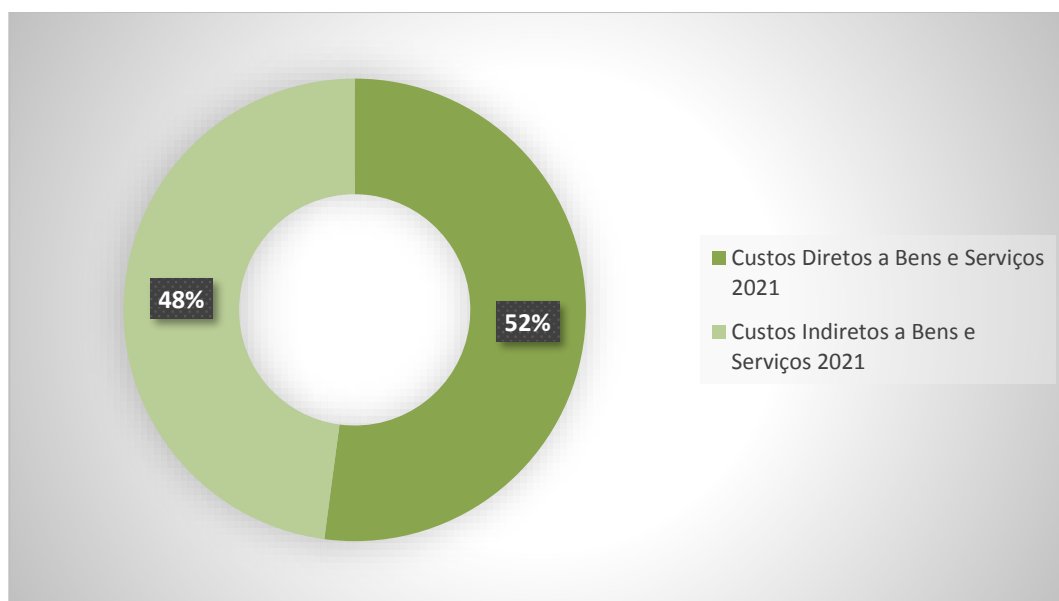
As funções sociais são as que representam um maior peso na estrutura do município de Alcácer do Sal, correspondendo a 50,88% do total dos custos, que representam cerca de 8,9 milhões de euros. Dentro destas funções, as sociais, destacamos o abastecimento de água, a cultura e os resíduos sólidos, que representam 47,55% deste grande grupo.

A seguir com maior peso nos custos da autarquia vêm as funções gerais, que representam 33% do total correspondendo a cerca de 5,8 milhões de euros, que se referem quase integralmente às despesas com a administração geral, aqui incluem-se entre outros, os órgãos da autarquia, a divisão administrativa e financeira e os recursos humanos.

Já as funções económicas representam cerca de 2,4 milhões de euros, 13,71% do total dos custos, sendo que a maior fatia foi imputada aos transportes rodoviários.

Por último, a função outras funções, representa apenas 2,28% do valor do total dos custos do município, correspondentes a cerca de 400 mil euros.

Gráfico 13 - Custos por funções



Do gráfico anterior, como se pode observar, concluímos que os custos diretos a bens e serviços são ligeiramente superiores aos indiretos, representando respetivamente, 52% e 48%. Não se registam quaisquer custos indiretos às funções.

Ao observarmos o Quadro 27, verificamos um aumento do valor total dos custos por funções do ano 2020 para o ano 2021, no valor de sensivelmente 1,1 milhões de euros.

Nas primeiras duas funções houve uma variação positiva de cerca de 7,92%, que corresponde cerca de 652 mil euros, devendo-se quase na sua totalidade, ao investimento realizado na cultura, no abastecimento de água e, por último, na proteção meio ambiente e conservação da natureza.

As funções económicas também sofreram um acréscimo, no valor de cerca de 335 mil euros referente sobretudo aos transportes rodoviários e à indústria e energia que representam 76% dos custos totais dessa função.

Nas outras funções, onde se observou o maior acréscimo, de 42,63%, deveu-se na sua quase totalidade ao aumento nas transferências entre administrações no valor de cerca de 130 mil euros.

Quadro 27 - Evolução dos custos por funções

Código	Designação	Custos por Funções 2020	Custos por Funções 2021	Δ 2021/2020
1	Funções Gerais	5.797.473,18	5.801.080,52	0,06%
111	Administração Geral	5.533.127,34	5.461.348,99	-1,30%
121	Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	264.345,84	339.731,53	28,52%
2	Funções Sociais	8.259.974,57	8.909.251,85	7,86%
211	Ensino Não Superior	764.429,46	809.761,90	5,93%
212	Serviços Auxiliares de Ensino	414.281,54	463.019,19	11,76%
221	Serviços Individuais de Saúde	40.116,65	11.311,28	-71,80%
231	Segurança Social	0,00	2.015,31	---
232	Ação Social	370.804,47	424.966,56	14,61%
241	Habitação	74.704,58	76.394,24	2,26%
242	Ordenamento do Território	16.879,08	49.118,01	191,00%
243	Saneamento	895.463,91	922.360,85	3,00%
244	Abastecimento de Água	1.534.135,84	1.694.490,74	10,45%
245	Resíduos Sólidos	1.073.295,48	1.146.745,85	6,84%
246	Proteção Meio Ambiente e Conservação da Natureza	813.118,42	949.882,68	16,82%
251	Cultura	1.158.120,73	1.395.529,63	20,50%
252	Desporto, Recreio e Lazer	1.020.213,75	923.956,12	-9,44%
253	Outras Atividades Cívicas e Religiosas	84.410,66	39.699,49	-52,97%
3	Funções Económicas	2.064.592,87	2.399.797,05	16,24%
320	Indústria e Energia	342.429,06	456.952,83	33,44%
331	Transportes Rodoviários	1.362.584,05	1.502.796,87	10,29%
333	Transportes Fluviais	9.848,69	3.019,51	-69,34%
341	Mercados e Feiras	127.554,76	213.481,75	67,36%
342	Turismo	221.831,91	222.931,09	0,50%
350	Outras Funções Económicas	344,40	615,00	78,57%
4	Outras Funções	279.847,08	399.158,42	42,63%
410	Operações da Dívida Autárquica	18.474,69	18.379,36	-0,52%
420	Transferências entre Administrações	199.916,69	329.006,63	64,57%
430	Diversas Não Especificadas	61.455,70	51.772,43	-15,76%
	Total	16.401.887,70	17.509.287,84	6,75%

4. Outras situações

Como referido na introdução são vários os desafios que decorrem da aplicação do SNC-AP. Desses desafios, destacamos a aplicação da NCP 4 – acordos de concessão de serviços.

Relativamente a esta matéria não foram disponibilizados elementos suficientes por parte dos concessionários, que permitam efetuar a contabilização das concessões de acordo com a NCP4.

5. Proposta de aplicação de resultados

Propõe-se que o resultado líquido do exercício positivo, no montante de 7.836.331,92€ tenha a seguinte aplicação:

- Que sejam constituídas reservas legais no montante de 391.816,60€, correspondente a 5% do resultado líquido;
- O restante valor de 7.444.515,32€ seja transferido para a conta 51 – Património.

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

	DESIGNAÇÃO	SNC- -AP	Documento TC
53	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	-	-
54	Balanço	NCP1	A1
55	Demonstração de resultados por natureza	NCP1	A1
56	Demonstração das alterações no património líquido	NCP1	A1
57	Demonstração de fluxos de caixa	NCP1	A1
58	Anexo às demonstrações financeiras	NCP1	A1
84	Anexo I - Caracterização da entidade	NCP1	A4
88	Anexo II - Organograma	NCP1	A1
90	Anexo III - Empréstimos obtidos - empréstimos bancários	NCP1	A5
91	DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	-	-
92	Orçamento	NCP26	A1
93	Plano plurianual de investimentos	NCP26	A1
94	Demonstração do desempenho orçamental	NCP26	A1
95	Demonstração de execução orçamental da receita	NCP26	A1
96	Demonstração de execução orçamental da despesa	NCP26	A1
97	Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos	NCP26	A1
98	Anexo às demonstrações orçamentais	-	-
100	Alterações orçamentais da receita	NCP26	A1
101	Alterações orçamentais da despesa	NCP26	A1
102	Alterações ao plano plurianual de investimentos	NCP26	A1
103	Operações de tesouraria	NCP26	A1
104	Contratação administrativa - situação dos contratos	NCP26	A1
105	Contratação administrativa - adjudicações por tipo de procedimento	NCP26	A1
106	Transferências e subsídios - despesa	NCP26	A1
107	Transferências e subsídios - receita	NCP26	A1
108	Dívidas a terceiros por antiguidade de saldos	-	NT1/2017
109	Certificação legal de contas	-	A4
110	Relatório e parecer do revisor oficial de contas	-	A4
111	OUTROS DOCUMENTOS	-	-
112	Anexo IV - Declaração de compromissos plurianuais no âmbito da LCPA	-	-
114	Anexo V - Declaração de pagamentos em atraso no âmbito da LCPA	-	-
116	Anexo VI - Declaração de recebimentos em atraso no âmbito da LCPA	-	-
118	Anexo VII - Resumo diário de tesouraria	-	-
119	Anexo VIII - Síntese das reconciliações bancárias	-	A4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço

Demonstração de resultados por natureza

Demonstração das alterações ao património líquido

Demonstração de fluxos de caixa

Anexo às demonstrações financeiras

Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

A informação relativa à entidade, o período de relato e o referencial contabilístico adotado na preparação das demonstrações financeiras encontra-se no Anexo I e o organograma no Anexo II.

No quadro 1 apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

Quadro 1 – Desagregação da caixa e depósitos

Conta	2020	2021
Caixa	2.865,20	3.156,49
Depósitos à ordem		
Depósitos bancários à ordem	5.409.535,50	14.473.755,34
Total	5.412.400,70	14.476.911,83

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP), de modo a representarem de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Município de Alcácer do Sal.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são mesurados ao seu custo de aquisição, deduzindo as correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidade.

Propriedades de investimento

O Município contabiliza como propriedades de investimento os terrenos e edifícios detidos para obtenção de rendas ou valorização de capital, sempre que tais ativos não se integrem nas atividades atribuídas ao Município, conforme as Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional, publicadas em anexo da Portaria n.º 189/2016 de 14 de julho na sua atual redação.

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Participações financeiras

As participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo.

Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta), o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no CC2 (classificador complementar).

Contas a receber

As contas "clientes" e "outras contas a receber" são reconhecidas pelo seu valor nominal, sendo subsequentemente diminuído de eventuais perdas por imparidades, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que o Município não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Os valores refletidos no Balanço a título de Clientes e Outros Valores a Receber, respeitam a saldos por receber de prestações de serviços, vendas e apoios contratuais acordados, para além de contratos de financiamento homologados já em execução (para os quais foi solicitado pedidos de pagamento) ou a aguardar o seu início ou execução.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado pelo custo médio ponderado.

Erros materiais de períodos anteriores

Não aplicável.

Nota 3 - Ativos intangíveis

Em 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros seguintes.

Quadro 2 - Variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas

Rúbricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Impari. Acum.	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Impari. Acum.	Quantia Escriturada
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento								
Prog. de computador e sistemas inform.	517.618,22	404.998,16		112.620,06	536.683,22	443.653,68		93.029,54
Propriedade Industrial e intelectual								
Outros								
Ativos intangíveis em curso								
Total	517.618,22	404.998,16		112.620,06	536.683,22	443.653,68		93.029,54

Quadro 3 - Quantia escriturada e variações do período

Rúbricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Reav	Reversões e perdas	Perdas por imparidade	Amortiz. Período	Dimin.	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Goodwill									
Projetos de desenvolvimento									
Prog. de computador e sistemas inform.	112.620,06	19.065,00					-38.655,52		93.029,54
Propriedade Industrial e intelectual									
Outros									
Ativos intangíveis em curso									
Total	112.620,06	19.065,00					-38.655,52		93.029,54

Quadro 4 – Adições

Rúbricas	Adições									
	Inter nas	Compra	Cessão	Transf. ou troca	Doação	Dação em pagamento	Locação financeira.	Fusão, cisão	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Prog. de computador e sistemas inform.		19.065,00								19.065,00
Propriedade Industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso										
Total		19.065,00								19.065,00

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com os elementos disponíveis.

Não foram disponibilizados elementos suficientes por parte dos concessionários, que permitam efetuar a contabilização das concessões de acordo com a NCP4.

Quadro 5 - Concessões

Contrato de Concessão	Concessionário	Ativo de Concessão	Período de Concessão	Valor do Contrato	Pagamentos ao Concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão na área do Município de Alcácer do Sal (E-REDES)			20 Anos				
Exploração e gestão de serviços públicos de abastecimento de água para consumo público e saneamento de águas residuais urbanas em alta (AGDA)			50 Anos				

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo.

O gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido.

O Município utiliza o método das quotas constantes (ou linha reta) para calcular as depreciações.

Quadro 6 - Bens não inventariados

Designação	Tipologia	Freguesia	Artigo	Valor Patrimonial	Determinado no Ano	Classificação Patrimonial
Prédio Vale de Água - Captações de Água	Edifício	150103	1880	6.135,11 €	2006	ATF
Prédio Comporta (Antiga Fábrica de Tabaco)	Edifício	150106	340	26.189,48 €	2006	ATF
Olival da Estrada	Terreno Urbano	150101	3541	18.856,66 €	2006	AFT / DP
Olival da Estrada	Terreno Urbano	150101	3542	6.970,46 €	2006	AFT / DP
Bairro Professor Francisco Gentil	Terreno Urbano	150101	3864	16.390,71 €	2006	DP
Bairro Professor Francisco Gentil	Terreno Urbano	150101	3929	38.161,59 €	2006	AFT
Bairro da Quintinha	Terreno Urbano	150101	4241	60.642,31 €	2006	AFT
Bairro do Laranjal	Terreno Urbano	150103	3028	106.552,72 €	2006	AFT / DP
Herdade do Pinhal	Terreno Urbano	150103	3096	119.540,00 €	2009	AFT / DP
São Roque	Terreno Urbano	150104	1949	954,82 €	2006	AFT
São Roque	Terreno Urbano	150104	2012	2.944,05 €	2006	AFT
Cerrado da Fonte Santa	Terreno Urbano	150104	2077	10.688,81 €	2006	AFT
Courela da Fonte Santa	Terreno Urbano	150104	2079	9.600,21 €	2006	AFT
Courela da Eira	Terreno Urbano	150104	2991	16.430,00 €	2006	AFT
Ao Cerrado de Tábuas - Olival	Terreno Urbano	150101	G-184	14,48 €	1989	AFT
Ao Passareiro - Pastagem ou Pasto (Lavadouro e Fonte)	Terreno Urbano	150103	X-002	0,62 €	1989	AFT
Loteamento da Horta de Oriola	Terrenos Urbanos	150103	vários	3.990,00 €	2021	AFT
Total				444.062,03 €		

Devido à quantidade, diversidade e natureza jurídica dos elementos patrimoniais que constituem os bens de domínio público e os bens imóveis do domínio privado, não foi ainda possível inventariar todos os bens do Município, situação em que se irá insistir para a respetiva resolução.

Quadro 7 - Bens não valorizados

Evidencia-se a listagem dos bens não valorizados do Município de Alcácer do Sal, que correspondem a bens totalmente amortizados, bens que resultam de ofertas ao Município e bens pertencentes à EMSUAS que foram integrados no ativo fixo do Município aquando do encerramento desta.

Nº Inventário	Classif.	Descrição	Ano
14430	43712	Plaina Elétrica EH 4	2007
14431	43712	Berbequim de Percursão SB13XE	2007
14705	43712	Aquarela - Alcácer III - Av. João Soares Branco - Pedro Charneca	2007
14706	43712	Quadro a óleo - Salatia Romana - Maria Christina Pals	2007
17691	43042	Serigrafia - Ponto de Fuga Atlantico II - Américo Ferreira Silva	2008
18135	43723	Tapete 0,60x0,90 m	2008
18490	43343	Leitor de DVD Panasonic	2008
22786	43351	Peladora de batatas Sammic PP-6	2010
23264	43725	Extração de fumos com motor de cobertura	2010
23265	43725	Insuflação de Ar Novo feito pela grelha na parede	2010
23266	43725	Variador de frequência eletrónico	2010
21637	443	Software mSIC-Sinc, p/ sistema de leitura ótica p/ etiquetas de bens	2010
25004	43363	Sistema de rega	2011
27917	43711	Sistema Anti-roubo	2014
27964	43721	Escada Berner 3,3 Mts	2014
27965	43712	Faca para máquina Ferri HRC	2014
27966	43726	Salamandra	2014
27967	43311	Computador P III 500 MHZ 6,4M	2014
27968	43311	Computador	2014
27969	43311	5 UPS MGE NOVA 600VA	2014
27970	43311	Computador GOLDNET	2014
27971	43311	Computador GOLDNET	2014
27972	43311	Computador Portátil TOSHIBA	2014
27973	43311	2 UPS MGE NOVA 600VA	2014
27975	43311	PC Intel Dual Core	2014
27976	43311	PC ASUS G31	2014
27977	43311	Computador Intel D430	2014

Nº Inventário	Classif.	Descrição	Ano
27978	43311	Impressora HP 1120	2014
27979	43311	Impressora Minolta Pagero 1100L	2014
27980	43311	Computador P IV 1,6 GB	2014
27981	43311	Computador AMD SEMPRON 2,6 GHZ	2014
27982	43311	Impressora CLP laser cores	2014
27983	43311	Monitor BENQ preto	2014
27984	43311	Monitor BENQ preto	2014
27985	43311	Telemóvel	2014
27986	43311	Telemóvel	2014
27987	43311	Impressora LEXMARK C500N	2014
27988	43311	Fotocopiadora Minolta EP 1054	2014
27989	43326	Camara Sony MVC - FD75	2014
27990	43712	Betoneira INBAL 180 L	2014
27991	43712	Betoneira INBAL 180 L	2014
27992	43712	Betoneira INBAL 180 L	2014
27993	43712	Betoneira INBAL 180 L	2014
27994	43712	Betoneira INBAL 180 L	2014
27995	43712	Talocha mecânica BM 1200 H	2014
27996	43712	Saltitão Mikasa	2014
27997	43375	Serrote fita TP	2014
27998	43361	Corta relvas Muculloch Mac 19 BSP (485)	2014
27999	43361	Corta relvas Óleo Mac 648 H (486)	2014
28000	43712	Martelo demolidor	2014
28001	43712	Berbequim de percussão	2014
28002	43712	Máquina de lavar de alta pressão	2014
28003	43712	Máquina Rubi DS-300	2014
28004	43376	Lixadeira cinta 100x610 BBS 100	2014
28005	43712	Misturadora Berner 1300 W	2014
28006	43712	Perfurador SDS Max BHD-8-1	2014
28007	43376	Lixadeira Berner BOS-280 B. Clic	2014
28008	43311	Impressora Multifunções LEXMARK X12	2014
28009	43311	Impressora Konica Minolta Magicolor	2014
28015	43712	Aparafusadora punho c/ bucha 10,8 V BC	2014
30049	43354	Saboneteira Soft care de enchimento	2016
30050	43354	Saboneteira Soft care de enchimento	2016
30051	43354	Saboneteira Soft care de enchimento	2016

Nº Inventário	Classif.	Descrição	Ano
30052	43354	Saboneteira Soft care de enchimento	2016
30053	43354	Saboneteira Soft care de enchimento	2016
30054	43354	Saboneteira Soft care de enchimento	2016
30055	43354	Saboneteira Soft care de enchimento	2016
30056	43354	Saboneteira Soft care de enchimento	2016
30057	43354	Saboneteira Soft care de enchimento	2016
30058	43354	Saboneteira Soft care de enchimento	2016
30589	4379	Estrutura de Roll up - dimensão 850x2000mm	2016
30821	43725	Ventilador climatizador S&P - Meteor EC	2017
31484	43724	Candeeiro de secretária, lâmpada Ecostar, refª A025416	2017
31485	43724	Candeeiro de secretária, lâmpada Ecostar, refª A025416	2017
31486	43724	Candeeiro de secretária, lâmpada Ecostar, refª A025416	2017
31487	43724	Candeeiro de secretária, lâmpada Ecostar, refª A025416	2017
31488	43724	Candeeiro de secretária, lâmpada Ecostar, refª A025404	2017
31525	43721	ELV suporte "X", branco refª 003.095.94	2017
32699	43363	Motosserra Stihl MS660 (328)	2019
32700	43363	Motosserra Stihl MS250 (326)	2019
1872	42013	Parcela de Terreno sito Rua Olival do Outeiro - Alcácer do Sal	2020

Quadro 8 – Imobilizado em curso (mais de 3 anos)

Designação	Valor	Data Inicio Imobilizado em Curso	Obs.
Reconversão Urbanística da Zona Ribeirinha Nascente - Parque Urbano	3.609.577,84 €	30-12-2015	a)
Adaptação e Criação de Novas Funcionalidades da Piscina Municipal Coberta de Alcácer do Sal	560.186,43 €	31-10-2015	
Projeto de Execução das Infraestruturas de Foros de Albergaria	18.227,45 €	22-10-2017	
Requalificação da Escola Básica n.º1 de Alcácer do Sal (Escola dos Telheiros) - n.º de inv (808 a 811)	637.768,43 €	05-07-2016	
Interface de Transportes Zona Ribeirinha Nascente	1.122.090,39 €	30-11-2018	b)
Projeto da ETAR da Quintinha	10.762,50 €	07-10-2016	c)
Projeto de Execução das Infraestruturas em Casebres	15.252,00 €	22-10-2017	d)
ETAR Forno da Cal	213.207,53 €	20-03-2017	e)
Total	6.187.072,57		

a) 4.825.760,15€ Obras em que devido ao período pandémico se prorrogou o prazo de execução das mesmas.

b) 1.122.090,39€ Obra concluída sem conta final, devido ao período pandémico que prorrogou a execução dos trabalhos administrativos que face ao volume crescente de obras em curso e à redução de pessoal ao serviço não conseguiu concluir as contas finais para submeter a aprovação dos órgãos competentes, acresce ainda a esta situação o atraso na homologação e conseqüente publicação no Diário da República dos índices de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio.

b) 10.762,50€ Projeto de execução em elaboração. Em negociação com proprietário dos terrenos para aquisição dos terrenos onde irá ser instalada a ETAR.

c) 15.252,00€ Projeto de execução em fase de ajustamento para faseamento da obra.

d) 213.207,53€ Obra ainda em curso. Foram imputadas multas ao empreiteiro por incumprimento do prazo de execução da empreitada.

Relativamente às demais obras em curso iniciadas a partir de 2019 e ainda não concluídas, aplica-se na sua grande maioria o referido na alínea a).

Em 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se de seguida.

Quadro 9 - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Rúbricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Impari. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Impari. Acum.	Quantia escriturada
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	734.104,76			734.104,76	735.684,76			735.684,76
Edifícios e outras construções	3.090.980,23	2.494.688,43		596.291,80	3.142.208,03	2.569.571,12		572.636,91
Infraestruturas	49.458.249,20	40.217.368,33		9.240.880,87	49.713.567,71	41.332.682,65		8.380.885,06
Patrimônio histórico, artístico e cultural	464.569,27			464.569,27	446.896,92			446.896,92
Outros								
Bens do domínio público em curso								
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Patrimônio histórico, artístico e cultural								
Ativos fixos em concessão em curso								
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	8.722.264,55			8.722.264,55	9.815.633,85			9.815.633,85
Edifícios e outras construções	24.966.540,58	9.839.074,94		15.127.465,64	26.140.504,00	10.350.200,46		15.790.303,54
Equipamento básico	4.051.576,89	3.496.352,81		555.224,08	4.291.557,61	3.630.902,22		660.655,39
Equipamento de transporte	4.741.248,44	3.779.079,46		962.168,98	5.002.530,14	3.892.319,67		1.110.210,47
Equipamento administrativo	576.545,38	509.787,56		66.757,82	640.325,84	513.324,89		127.000,95
Equipamento biológicos								
Outros	1.267.263,55	930.544,89		336.718,66	1.365.347,53	1.019.808,79		345.538,74
Ativos fixos tangíveis em curso	5.969.686,32			5.969.686,32	9.139.022,72			9.139.022,72
Total	104.043.029,17	61.266.896,42		42.776.132,75	110.433.279,11	63.308.809,80		47.124.469,31

Quadro 10 - Quantia escriturada e variações do período

Rúbricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Reava.	Reversões de perdas p/ imparidade	Perdas por Impari.	Depreciações período	Diminuições	
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	734.104,76	1.580,00							735.684,76
Edifícios e outras construções	596.291,80		51.227,80				-74.882,69		572.636,91
Infraestruturas	9.240.880,87	37.100,58	218.217,93				1.115.314,32		8.380.885,06
Patrimônio histórico, artístico e cultural	464.569,27							-17.672,35	446.896,92
Outros									
Bens do domínio público em curso									
Ativos fixos em concessão									
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções									
Infraestruturas		2.285.146,00						2.285.146,00	
Patrimônio histórico, artístico e cultural									
Ativos fixos em concessão em curso									
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	8.722.264,55	1.102.549,80						-9.180,50	9.815.633,85
Edifícios e outras construções	15.127.465,64	198.347,50	1.000.343,42				-511.125,52	-24.727,50	15.790.303,54
Equipamento básico	555.224,08	292.345,15					-134.549,41	-52.364,43	660.655,39
Equipamento de transporte	962.168,98	376.322,23					-113.240,21	-115.040,53	1.110.210,47
Equipamento administrativo	66.757,82	101.611,26					-3.537,33	-37.830,80	127.000,95
Equipamento biológicos									
Outros	336.718,66	100.205,37	5.372,42				-89.263,90	-7.493,81	345.538,74
Ativos fixos tangíveis em curso	5.969.686,32	4.628.127,76	1.275.161,57					-183.629,79	9.139.022,72
Total	42.776.132,75	9.123.335,65	0,00				2.041.913,38	2.733.085,71	47.124.469,31

Quadro 11 – Adições

Rúbricas	Adições										Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação	Dação em Pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais						670,00				910,00	1.580,00
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas						37.100,58					37.100,58
Património histórico, artístico e cultural											
Outros											
Bens do domínio público em curso											
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas										2.285.146,00	2.285.146,00
Património histórico, artístico e cultural											
Ativos fixos em concessão em curso											
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais		816.260,30								286.289,50	1.102.549,80
Edifícios e outras construções										198.347,50	198.347,50
Equipamento básico		291.302,38				1.014,40				28,37	292.345,15
Equipamento de transporte		376.322,23									376.322,23
Equipamento administrativo		101.611,26									101.611,26
Equipamento biológicos											
Outros		99.636,17				569,20					100.205,37
Ativos fixos tangíveis em curso		4.628.127,76									4.628.127,76
Total		6.313.260,10				39.354,18				2.770.721,37	9.123.335,65

Quadro 12 – Diminuições

Rúbricas	Diminuições					
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural					-17.672,35	-17.672,35
Outros						
Bens do domínio público em curso						
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas					-2.285.146,00	-2.285.146,00
Património histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	-9.180,50					-9.180,50
Edifícios e outras construções	-24.727,50					-24.727,50
Equipamento básico					-52.364,43	-52.364,43
Equipamento de transporte					-115.040,53	-115.040,53
Equipamento administrativo					-37.830,80	-37.830,80
Equipamento biológicos						
Outros					-7.493,81	-7.493,81
Ativos fixos tangíveis em curso					-183.629,79	-183.629,79
Total	-33.908,00				-2.699.177,71	-2.733.085,71

Nota 6 - Locações

Não aplicável.

Nota 7 - Custos de empréstimos obtidos

Informação no ANEXO III.

Nota 8 - Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento no início e no final do ano 2021.

Quadro 13 - Quantia escriturada e variações do período

Rúbricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Adições	Transf. Internas	Depreciações período	Perdas por Impari.	Dif. Camb.	Diminuições	
Propriedades de Investimento								
Bens de domínio público								
Terrenos e recursos naturais	10.770.846,08	305.873,00					-1.164.323,00	9.912.396,08
Edifícios e outras construções	42.647,14			-748,20				41.898,94
Outras propriedades investimento								
Propriedades investimento em curso								
Total	10.813.493,22	305.873,00		-748,20			-1.164.323,00	9.954.295,02

Quadro 14 - Adições

Rúbricas	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transf. ou troca	Doação	Dação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão	Outras	Total
Propriedades de Investimento										
Bens de domínio público										
Terrenos e recursos naturais		15.966,58			34.671,50	18.704,92			236.530,00	305.873,00
Edifícios e outras construções										
Outras propriedades investimento										
Propriedades investimento em curso										
Total		15.966,58			34.671,50	18.704,92			236.530,00	305.873,00

Quadro 15 - Diminuições

Rúbricas	Diminuições				
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outros	Total
Propriedades de Investimento					
Bens de domínio público					
Terrenos e recursos naturais	-1.126.493,00	-37.830,00			-1.164.323,00
Edifícios e outras construções					
Outras propriedades de investimento					
Propriedades de investimento em curso					
Total	-1.126.493,00	-37.830,00			-1.164.323,00

Nota 9 – Imparidade de ativos

Segue-se a informação sobre a quantia recuperável dos ativos.

Quadro 16 - Imparidade de ativos

Classes	Quantia Bruta	Perdas p/ Imparidade Acumulada	Reversão de Imparidades	Quantia Recuperável
Outros instrumentos financeiros a curto prazo				
Devedores e credores p/ transf., subsídios e empréstimos bonificados	2.163.477,81			2.163.477,81
Clientes, contribuintes e utentes	747.437,12	776.139,28	441.144,12	412.441,96
Fornecedores	279.498,57			279.498,57
Pessoal				
Acionistas/sócios/associados				
Outras contas a receber e a pagar	141.510,53			141.510,53
Mercadorias				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	483.937,53	45.340,96		438.596,57
Produtos acabados e intermédios				
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
Produtos e trabalhos em curso				
Ativos biológicos				
Adiantamentos por conta de compras				
Investimentos financeiros	533.304,00			533.304,00
Propriedades de investimento	9.954.295,02			9.954.295,02
Ativos fixos tangíveis	37.985.446,59			37.985.446,59
Ativos intangíveis	93.029,54			93.029,54
Investimentos em curso	9.139.022,72			9.139.022,72
Ativos não correntes detidos para venda				
Total	61.520.959,43	821.480,24	441.144,12	61.140.623,31

Nota 10 - Inventários

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante 2021 – custo médio ponderado. De seguida apresentam-se os quadros com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

Quadro 17 - Inventários

Ativo	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia Recuperável
Mercadorias			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	483.937,53	45.340,96	438.596,57
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
Total	483.937,53	45.340,96	438.596,57

Quadro 18 - Inventários: movimentos do período

Ativo	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras Líquidas	Consumos gastos	Variações nos inventários	Perdas por Impari.	Reversões de perdas p/ imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
Mercadorias									
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	467.020,38	372.201,42	355.284,27		45.340,96				438.596,57
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso									
Total	467.020,38	372.201,42	355.284,27		45.340,96				438.596,57

Nota 11 - Agricultura

Não aplicável.

Nota 12 - Contratos de construção

Não aplicável.

Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Esta nota tem como objetivo transmitir o tratamento contabilístico dos rendimentos provenientes de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro 19 - Rendimento com contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiant. recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Taxas, multas e outras penalidades					
Taxas	22.851,17				
Taxas específicas das autarquias locais	280.133,66				
Multas e outras penalidades	68.340,29				
Vendas					
Produtos acabados e intermédios	20.878,17				
Prestação de serviços					
Serviços específicos das autarquias locais	2.012.849,31				
Concessões	476,68				
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	19.968,79				
Outros serviços	4.262,55				
Outros rendimentos					
Ganhos em inventários	1.541,57				
Rendimentos em investimentos não financeiros	6.816.926,05				
Correções relativas a períodos anteriores	128,37				
Outros não especificados	22.526,39				
Juros, dividendos e outros rendimentos similares					
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	299,39				
Total	9.271.182,39	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro 20 - Rendimentos sem contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiant. recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Impostos diretos					
Derrama	203.923,80				
Imposto municipal sobre imóveis	1.559.803,40				
Imposto único de circulação	296.337,44				
Impostos indiretos					
Impostos indiretos específicos das autarquias locais	1.245,21				
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	3.985.334,25				
Transferências e subsídios correntes obtidos					
Estado	10.375.536,32				
Serviços e Fundos Autónomos	1.164,92				
Administração Local	9.666,24				
Segurança Social	20.416,20				
Reversões					
De depreciações e de amortizações	55.016,60				
De perdas por imparidade	130.338,52				
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	462.627,28				
Total	17.101.410,18	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo Município de Alcácer do Sal, quer instaurados por outras entidades, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas:

- não foi efetuado qualquer ajustamento ao valor da provisão para outros riscos e encargos, porque se estima ser suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município;
- para os processos judiciais em curso em que o valor envolvido de indemnizações reclamadas é impossível de mensurar com suficiente fiabilidade não foram constituídas provisões.

Em 2019 foi constituída uma provisão para riscos e encargos de processos judiciais no valor de 573.411,72€, referente à ação intentada pela Vibeiras, Soc. Comercial de Plantas SA e Mota Engil – Engenharia e Construção SA, no âmbito do processo da empreitada “Requalificação Urbana do espaço Público da Margem Norte do Rio Sado”. A constituição desta provisão foi realizada, em conformidade com o princípio da prudência e de acordo com informação jurídica emitida sobre este assunto.

Quadro 21 - Provisões

Rúbricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos de quantia descontada	Outros aumentos	Total de aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total diminuições	
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	573.411,72									573.411,72
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões										
Total	573.411,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	573.411,72

Nota 16 - Efeito de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

Nota 17 - Acontecimentos após a data de relato

No Relatório de Gestão fez-se referência ao aparecimento, no final de 2021, da inflação, indicador que não só não tinha tido grande relevância nas últimas décadas,

como, muito recentemente, tinha sido objeto de alguma preocupação, mas em sentido inverso – deflação.

Os primeiros meses de 2022 não só confirmaram níveis inflacionistas significativos, como, conjugados com os dois acontecimentos que se referem adiante, podem configurar uma situação de difícil controlo e com influência na vida das famílias e das empresas.

Em 24 de fevereiro de 2022 o mundo tomou conhecimento duma ofensiva militar de um enorme país sobre um outro enorme país. Esta situação, por ora confinada ao espaço da Ucrânia, está a provocar constrangimentos em todo o planeta, não só por se tratar de dois países de enorme dimensão, mas sobretudo por serem países com recursos muito significativos que a globalização comercial distribuiu por todo o mundo.

Com uma situação de guerra, inevitavelmente foi afetada a produção e, sobretudo, a distribuição das produções originárias nos países em confronto militar.

Particularmente importantes são, no caso da Ucrânia, os recursos de bens alimentares – e dentro destes, a componente dos cereais – e, para além dos bens alimentares, os bens energéticos, no caso da Rússia.

De forma desigual, todas as sociedades do mundo estão já a sentir os efeitos dos constrangimentos referidos. A intensidade destes constrangimentos estará diretamente relacionada com a duração do conflito militar. O que já sabemos é que em poucas semanas de conflito já motivaram alterações significativas na quase totalidade dos países (talvez ainda com pouco significado nas grandes economias do oriente, como sejam a China ou a Índia), mas a sua extensão a meses ou anos, poderá ter efeitos devastadores em todas as economias. Eventualmente não será preciso muito tempo de guerra na Europa para os países mais frágeis, designadamente de África, sentirem fortemente o alastrar da fome dos seus povos.

A par da situação do conflito militar referido, mas também por causa dela, os primeiros meses de 2022 igualmente vieram revelar uma crescente escassez de matérias-

primas, que, por sua vez estão a implicar uma escassez de produtos manufacturados básicos e consequente e continuo crescimento dos preços.

E entretanto continuamos com uma situação pandémica em curso, pese embora a mesma parecer estar mais controlada, mas não isenta do aparecimento de novas variantes que podem, ou não, colocar novos desafios às diversas autoridades mundiais e aos seus sistemas de saúde.

Em face do anteriormente referido, o grau de incerteza quanto ao exercício de 2022 aumenta exponencialmente, sendo que parece determinante, neste cocktail de preocupações, a duração que vier a ter a invasão russa da Ucrânia.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Nota 18 - Instrumentos financeiros

Quadro 22 – Ativos financeiros

Rúbricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Outros	
Ativos Financeiros								
Fundo de apoio municipal - FAM	533.304,00							533.304,00
Total	533.304,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	533.304,00

Nota 19 - Benefícios dos empregados

Não aplicável.

Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas

Não aplicável.

Nota 21 - Relato por segmento

Não aplicável.

Nota 22 - Interesses em outras entidades

Não aplicável.

Nota 23 - Outras divulgações

Quadro 23 - Entidades relevantes para efeitos da dívida total

ENTIDADES	Dívida (Balanço)	Exceto Op. Tesouraria	Participação / quota parte	Dívida Total
Entidades intermunicipais:				
Comunidade Intermunicipal				3.493,36
CIMAL - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral	18.952,55	1.485,75	20,00	3.493,36
Entidades associativas municipais:				
Associações de Municípios				1.011,26
AMAGRA - Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente	1.261,65	744,23	14,28	73,92
AMGAP - Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública no Alentejo	15.190,50	0,00	6,17	937,34
AMRS - Associação de Municípios da Região de Setúbal	7.956,49	7.956,49	2,23	0,00
TOTAL				4.504,62

Quadro 24 – Fornecimentos e serviços externos

Esta componente dos gastos, durante os anos de 2021 e 2020, apresenta o seguinte desenvolvimento:

Fornecimentos e serviços externos	2021	2020
Serviços de saúde	1.355,00	21.600,00
Serviços de transporte	1.510,05	0,00
Serviços de alojamento e de restauração	52.939,18	42.446,10
Serviços de fornecimento de água	1.347.582,60	1.219.544,24
Outros subcontratos ou concessões	250.036,65	210.005,86
Trabalhos especializados	576.853,47	326.581,11
Publicidade, comunicação e imagem	40.277,84	28.063,35
Vigilância e segurança	10.232,38	238,89
Honorários	303.045,11	364.080,32
Comissões	183.815,02	118.491,22
Conservação e reparação	356.641,18	317.569,74
Outros serviços especializados	0,00	827,79
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1.130,10	3.728,05
Livros e documentação técnica	3.543,38	487,34
Material de escritório	22.359,67	10.951,50
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	102.567,00	61.219,91
Material de educação, cultura e recreio	7.313,58	9.045,85
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	12.800,81	3.088,09
Produtos químicos e de laboratórios	31.684,67	44.336,38
Outros materiais diversos de consumo	123.173,92	80.089,63
Eletricidade	285.023,11	289.934,91
Combustíveis e lubrificantes	334.557,55	258.699,42
Transporte escolar	192.784,76	177.598,79
Outros	8.144,62	1.987,11
Rendas e alugueres	123.654,92	156.928,64
Comunicação	87.959,59	166.028,53
Seguros	96.851,55	81.033,38
Limpeza, higiene e conforto	356.776,61	322.753,41
Outros serviços	663.332,26	347.716,24
Total	5.577.946,58	4.665.075,80

Quadro 25 – Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal apresentam a seguinte evolução:

Gastos com pessoal	2021	2020
Remunerações dos órgãos autárquicos	249.497,92	246.145,50
Remuneração base	4.520.248,10	4.327.653,17
Subsídio de férias	448.111,17	454.321,37
Subsídio de natal	389.315,23	368.463,04
Despesas de representação	11.715,69	13.793,36
Subsídio de refeição	469.514,59	463.843,06
Alimentação e alojamento	188,48	17,28
Ajudas de custo	8.877,59	11.411,52
Trabalho extraordinário	298.145,84	242.028,71
Abono para falhas	12.119,97	11.495,52
Subsídio de prevenção, trabalho noturno e de turno	71.517,42	75.961,04
Formação	6.406,99	6.324,19
Outros abonos variáveis	75.662,14	6,70
Encargos sobre remunerações	1.465.156,96	1.380.710,19
Outros gastos com o pessoal	234.452,94	216.260,21
Outros encargos sociais	329.291,69	332.451,49
Total	8.590.222,72	8.150.886,35

Quadro 26 – Diferimentos ativos

Os diferimentos ativos, à data de 31/12/2021 e 31/12/2020, são os seguintes:

Diferimentos ativos	2021	2020
Gastos a reconhecer		
Transferências e subsídios concedidos com condições	4.000,00	
Total	4.000,00	0,00

Quadro 27 – Diferimentos passivos

Os diferimentos passivos, à data de 31/12/2021 e 31/12/2020, são os seguintes:

Diferimentos passivos	2021	2020
Rendimentos a reconhecer		
Transferências e subsídios de capital obtidos com condições	7.050.942,99	7.502.093,73
Total	7.050.942,99	7.502.093,73

Anexo I – Caracterização da entidade

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE			
1. IDENTIFICAÇÃO			
Designação	Município de Alcácer do Sal		
NIPC	502150319		
Natureza	Autarquia Local		
Endereço postal	Largo Pedro Nunes 7580-125 Alcácer do Sal		
Telefone	265610040 Fax 265247003		
Endereço de correio eletrónico	secretaria.gap@m-alcacerdosal.pt - gab.financeiro@m-alcacerdosal.pt		
Sítio na internet	www.cm-alcacerdosal.pt		
Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de fiscalização?	Sim	Não	<input checked="" type="checkbox"/>
Organograma em anexo			
2. LEGISLAÇÃO			
Regime Financeiro	Lei 73/2013 de 3 de setembro		
Regime Jurídico	Lei 75/2013 de 12 de setembro		
3. PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE	Sim	Não	
Serviços Municipalizados			<input checked="" type="checkbox"/>
(Se a entidade assinalar que detém participações, deverá abrir uma linha para indicar qual a entidade e, dentro dessa linha, deverá ter a opção SIM/NÃO para responder se detém influência dominante sobre aquela entidade)			Influência dominante
Serviços Intermunicipalizados			<input checked="" type="checkbox"/>
Entidades Intermunicipais			<input checked="" type="checkbox"/>
Entidades Associativas Municipais			<input checked="" type="checkbox"/>
Empresas Locais			<input checked="" type="checkbox"/>
Empresas Participadas			<input checked="" type="checkbox"/>
Cooperativas			<input checked="" type="checkbox"/>
Fundações			<input checked="" type="checkbox"/>
Entidades de outra natureza			<input checked="" type="checkbox"/>
4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES			
O Município de Alcácer do Sal planeia, organiza e executa políticas municipais, designadamente nas áreas de energia, transportes e comunicações, educação, património, cultura, tempos livres e desporto, saúde, ação social, habitação, proteção civil, ambiente, saneamento básico, ordenamento do território, urbanismo e cooperação com outras instituições.			
5. COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO			
5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO			
5.1.1 DE 01/01/2021 A 12/10/2021			
	Vítor Manuel Chaves de Caro Proença		
	Manuel Vítor Nunes de Jesus		
	Ana Luísa Alferes Pinto Soares		
	Nuno Miguel Besugo Pestana		
	Clarisse Maria Gaudino Veredas Campos		
	Gabriel Afonso Leal Afonso		
	Mara Eloísa Pimentas Marques		

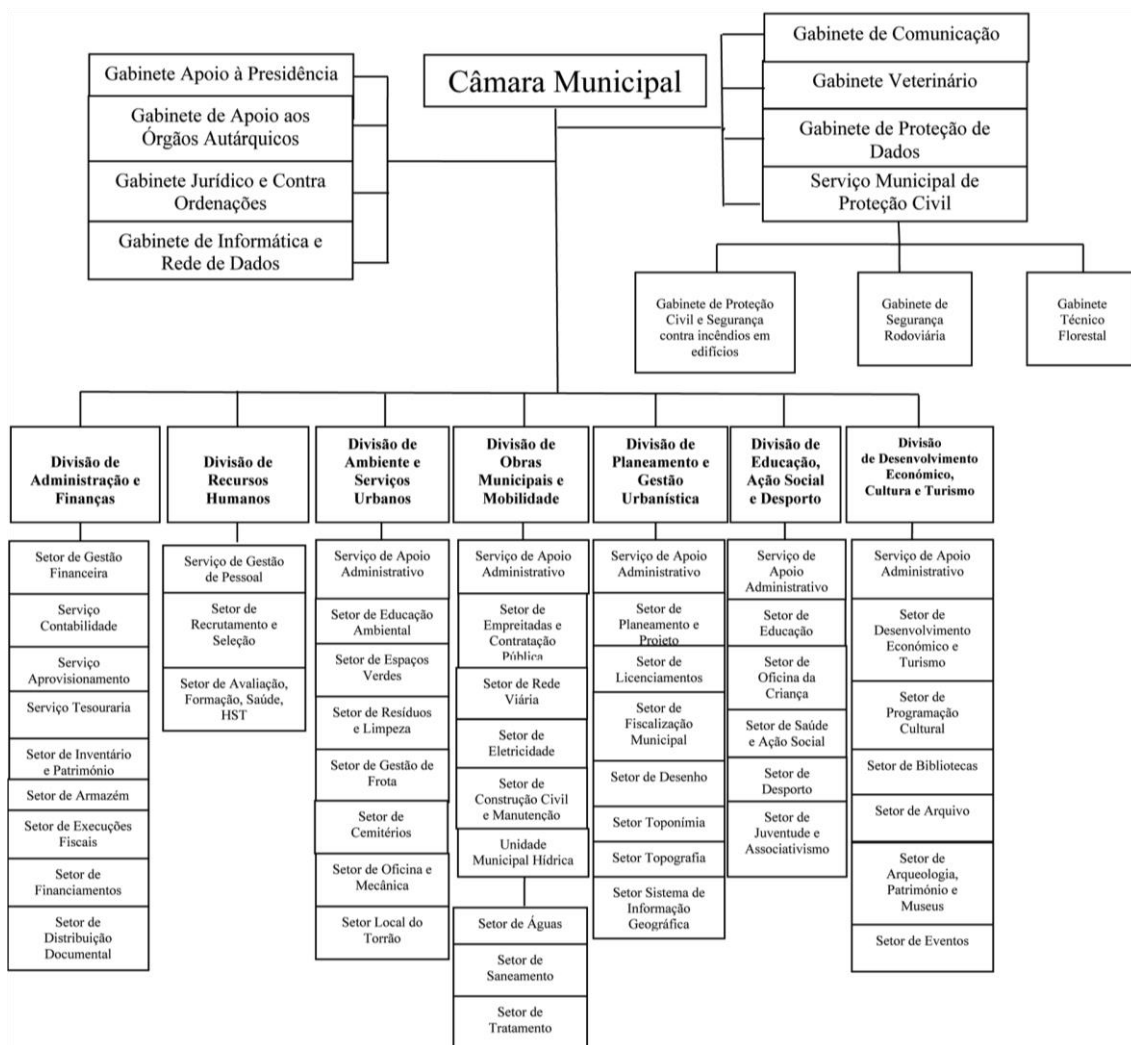
5.1.2	DE 12/10/2021 A 31/12/2021	
	Vítor Manuel Chaves de Caro Proença	
	Manuel Vítor Nunes de Jesus	
	Ana Luísa Alferes Pinto Soares	
	Vera Lúcia da Silva Letras	
	Clarisse Maria Gaudino Veredas Campos	
	Gabriel Afonso Leal Afonso	
	Mara Eloísa Pimentas Marques	
5.2	NÚMERO DE VEREADORES [1]	
	Em regime de permanência	3
	A meio tempo	0
	Restantes vereadores	3
5.3	NÚMERO DE ELEITORES	
	Até 10.000	
	Mais de 10.000 e menos de 40.000	x
	Igual ou superior a 40.000	
6	ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA	
	Referencial Contabilístico: As demonstrações financeiras foram preparadas, pela primeira vez, com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para o Município.	
	Sistema Informático: aplicação SNC da AIRC	
7	OUTRA INFORMAÇÃO	
7.1	AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO (últimos 5 anos)	
	Entidade fiscalizadora IGF-Inspeção Geral de Finanças	
	Data da ação 2019	
	Período abrangido 01-01-2016 a 31-12-2018	
	Identificação da ação Ação de Controlo Contratação Pública	
7.2	APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS	Data de Aprovação
		Órgão Executivo Órgão Deliberativo
	Norma de Controlo Interno e eventuais alterações (a especificar)	09-12-2016
	Regulamentos (todos publicados no sitio do Município da internet)	
	Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações	11-12-2009
	Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão	
7.3	INSCRIÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DO ANO ANTERIOR	Data de Aprovação
		Órgão Executivo Órgão Deliberativo
	Revisão Orçamental	09-06-2021 18-06-2021
	Alteração Orçamental (n.º 6, do art.º 40º RFALEI)	

7.4 INFORMAÇÃO RELATIVA À CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS		
Identificação das entidades que compõem o Grupo Público		
7.5 DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA (Art.º 111.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)	Sim	Não
- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das autarquias locais		x
- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das entidades intermunicipais		x
7.6 DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS (Art.º 116.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)	Sim	Não
- Dos órgãos do município nos órgãos das freguesias	x	
- Dos órgãos do município nos órgãos das entidades intermunicipais		x
7.7 INFORMAÇÃO RELATIVA A PESSOAL		
- Na eventualidade da existência de limites legais, em matéria de pessoal, indicar se os mesmos foram observados, com a remessa de documentação comprovativa [2]		
- N.º de trabalhadores a 31 de dezembro	431	
7.8 PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	Início do exercício	Fim do exercício
	26	18
7.9 CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS/OBRAS PÚBLICAS	Sim	Não
	x	
7.10 MECANISMOS DE RECUPERAÇÃO FINANCEIRA E OUTROS PROGRAMAS DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS A FORNECEDORES	Sim	Não
		x

[1] Cópias das atas onde constam as deliberações da instalação da câmara

Anexo II – Organograma

Organograma da Câmara Municipal de Alcácer do Sal



Anexo III – Empréstimos obtidos – empréstimos bancários

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Orçamento

Plano plurianual de investimentos

Demonstração de desempenho orçamental

Demonstração de execução orçamental da receita

Demonstração de execução orçamental da despesa

**Demonstração de execução do plano plurianual de
investimentos**

Anexo às demonstrações orçamentais

Anexo as demonstrações orçamentais

“As demonstrações orçamentais são uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental de uma entidade. Consequentemente, os objetivos das demonstrações orçamentais de finalidades gerais são de proporcionar informação acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das despesas e das receitas orçamentadas, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental. ...” Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, NCP 26.

Face ao orçamento de uma entidade pública, os registos da contabilidade orçamental nele previstos permitem, por classificação económica, acompanhar o orçamento da despesa e da receita, desde a sua abertura, modificações, execução, até ao encerramento.

Assim sendo, apresentam-se no anexo às demonstrações orçamentais os seguintes elementos:

- Alterações orçamentais da receita
- Alterações orçamentais da despesa
- Alterações ao plano plurianual de investimentos
- Operações de tesouraria
- Contratação administrativa – situação dos contratos
- Contratação administrativa – adjudicações por tipo de procedimento
- Transferências e subsídios – receita
- Transferências e subsídios – despesa

As demonstrações orçamentais permitem, nomeadamente: o acompanhamento de todas as fases da receita e da despesa na classe 0 - Contabilidade Orçamental, a verificação através do balancete da contabilidade orçamental do conteúdo das demonstrações orçamentais, conhecer de forma mais simples e direta os cabimentos registados, ou seja, a reserva de dotação orçamental disponível, bem como, o montante daqueles que ainda não se converteram em compromisso, ou seja, assunção perante terceiros da responsabilidade por um possível passivo.

Alterações orçamentais da receita

Alterações orçamentais da despesa

Alterações ao plano plurianual de investimentos

Operações de tesouraria

Contratação administrativa – situação dos contratos

**Contratação administrativa – adjudicações por tipo de
procedimento**

Transferências e subsídios – despesa

Transferências e subsídios – receita

Dívidas a terceiros por antiguidade de saldos

Certificação legal de contas

Relatório e parecer do revisor oficial de contas

OUTROS DOCUMENTOS

**Anexo IV – Declaração de compromissos plurianuais no
âmbito da LCPA**

Declaração de compromissos plurianuais existentes a 31/12/2021

**nº 3 do artigo 15º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro, com a redação que lhe foi dada
pela Lei nº 22/2015 de 17 de março**

Nos termos do nº 3 do artigo 15º da lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro (LCPA), com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 22/2015 de 17 de março, declaro que todos os compromissos plurianuais existentes em 31 de dezembro último se encontram devidamente registados na base de dados do Município de Alcácer do Sal, pelos seguintes montantes globais:

Ano	Montante
2022	2.293.930,36€
2023	549.195,50€
2024	268.417,43€
2025	34.761,58€

Alcácer do Sal, ____ de _____ de 2022

O Presidente da Câmara

(Vítor Manuel Chaves de Caro Proença)

Anexo V – Declaração de pagamentos em atraso no âmbito
da LCPA

**Declaração de pagamentos em atraso existentes a 31/12/2021
nº 3 do artigo 15º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro, com a redação que lhe
foi dada pela Lei nº 22/2015 de 17 de março**

Nos termos do nº 3 do artigo 15º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro (LCPA), com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 22/2015 de 17 de março, declaro que não existem pagamentos em atraso em 31 de dezembro de 2021.

Alcácer do Sal, ____ de _____ de 2022

O Presidente da Câmara

(Vitor Manuel Chaves de Caro Proença)

Anexo VI – Declaração de recebimentos em atraso no
âmbito da LCPA

Declaração de recebimentos em atraso existentes a 31/12/2021

**nº 3 do artigo 15º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro, com a redação que lhe
foi dada pela Lei nº 22/2015 de 17 de março**

Nos termos do nº 3 do artigo 15º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro (LCPA), com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 22/2015 de 17 de março, declaro que todos os recebimentos em atraso existentes em 31 de dezembro último se encontram devidamente registados na base de dados do Município de Alcácer do Sal, evidenciados nos mapas anexos.

Alcácer do Sal, ____ de _____ de 2022

O Presidente da Câmara

(Vítor Manuel Chaves de Caro Proença)

Anexo VII – Resumo diário de tesouraria

Anexo VIII – Síntese das reconciliações bancárias

Síntese das reconciliações bancárias

Banco	Número da conta	Saldo certificado pela instituição	Operações em trânsito		Saldo contabilístico
			A adicionar	A subtrair	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6) = (3) + (4) - (5)
Caixa Geral Depósitos	0021.000278.330	1.909.381,45	6,00	51.813,91	1.857.573,54
Caixa Geral Depósitos	0021.004044.830	124.764,19			124.764,19
Caixa Geral Depósitos	0021.001280.030	7.770.938,44	6.594,14	192.818,04	7.584.714,54
Caixa Geral Depósitos	0021.000950.830	18.833,82		78,66	18.755,16
Caixa Geral Depósitos	0021.010611.230	13.443,40	1.147,75		14.591,15
Caixa Crédito Agrícola Mútuo	6020.40083224933	727.831,13	212,24	354,76	727.688,61
Banco Português de Investimento	5-1393673.001.001	31.043,63		428,61	30.615,02
Novo Banco	0002.5719.4240	88.127,45		1.037,57	87.089,88
Millennium BCP	45361668015	0,00			0,00
Caixa Geral Depósitos	0021.015162.230	709.416,57			709.416,57
Caixa Geral Depósitos	0021.015314.5430	6.770,03			6.770,03
Caixa Geral Depósitos	0021.015326.930	2.169.159,25	6.576,44	189.089,47	1.986.646,22
Montepio	277.10.001996-1	10.103,16		17,70	10.085,46
Caixa Geral Depósitos	0021.015547.430	11.129,07			11.129,07
Caixa Geral Depósitos	0021.015548.230	7.678,28			7.678,28
Novo Banco	0023.1428518.23	1.108.692,77		1.461,40	1.107.231,37
Caixa Geral Depósitos	0021.015943.730	173.683,53			173.683,53
Novo Banco	0034.1325056.23	6.269,26			6.269,26
Novo Banco	0034.1334659.23	7.563,59			7.563,59
Novo Banco	0043.7560211.23	2.312,52		825,65	1.486,87
Total		14.897.141,54	14.536,57	437.925,77	14.473.752,34

